

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ALESSANDRA MARINHO DA SILVA ARRUDA

*OS REIS TAUMATURGOS* E A ESCOLA DOS ANNALES: UMA LEITURA DE MARC  
BLOCH

NATAL  
2004

ALESSANDRA MARINHO DA SILVA ARRUDA

*OS REIS TAUMATURGOS E A ESCOLA DOS ANNALES: UMA LEITURA DE MARC  
BLOCH*

*Monografia apresentada à disciplina  
Pesquisa Histórica II, ministrada pela  
professora Denise Mattos Monteiro, do  
Curso de História da Universidade Federal  
do Rio Grande do Norte, sob a Orientação  
do Professor Dr. Raimundo Arrais.*

NATAL  
2004

*Para Felipe, com amor.*

*A história é a soma de todas as histórias possíveis – uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã.*

*Fernand Braudel, 1958*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a dedicação e a paciência do meu orientador, professor Raimundo Arrais. Agradeço também ao professor Wicliffe, quem inspirou o tema dessa pesquisa e me ensinou, sem saber, “a pensar menos barato”, como diria Marc Bloch. À professora Aurinete pela boa vontade. Os meus agradecimentos, enfim, ao Emani e Aline, que estiveram sempre por perto nos momentos mais difíceis e também nos mais divertidos desses anos de faculdade.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 UMA NOVA HISTORIOGRAFIA NUMA NOVA SOCIEDADE .....	16
3 MÉTODO HISTÓRICO E MARC BLOCH .....	28
4 <i>OS REIS TAUMATURGOS</i> NA TRADIÇÃO DOS ANNALES .....	43
5 MENTALIDADES E ANTROPOLOGIA HISTÓRICA EM <i>OS REIS TAUMATURGOS</i> .....	60
6 CONCLUSÃO .....	82
BIBLIOGRAFIA .....	86

## 1 INTRODUÇÃO

Marc Bloch é frequentemente proclamado como um dos maiores historiadores franceses do século XX. Muito de sua reputação deve-se à luta que empreendeu, ao lado de Lucien Febvre, para renovar a historiografia e à criação da Revista dos Annales no final da década de 1920. Contudo, a razão de ser do lugar que acabou ocupando na lista dos historiadores renomados não se restringe a esse feito: Marc Bloch também deve ser lembrado como um historiador que empregou em suas obras inovações, metodológicas e temáticas, que acabaram abrindo caminho para que a historiografia mudasse radicalmente seu rumo.

Marc Leopold Benjamim Bloch nasceu em Lyon em 06 de julho de 1886. Estudou na École Normale Supérieure, de onde saiu em 1908 como professor *agrégé* de História. Na apresentação à edição brasileira de *Apologia da história*, publicada em 2001, Lilia Moritz Shwarcz afirma que foi no tempo em que esteve na École Normale que Bloch “entrou em contato com a obra de Levy-Bruhl [...] e sobretudo de Émile Durkheim, declaradamente sua maior influência”<sup>1</sup>. Após passar dois anos em universidades alemãs (1908-1909), em Berlim e Leipzig, Bloch tornou-se pensionista da *Fondation Thiers*, onde permaneceu até 1912. Nessa instituição reencontrou dois colegas dos tempos da École Normale, Marcel Granet, sinólogo, e Louis Gernet, helenista, com os quais formou um grupo de pesquisa. No prefácio de *Os reis taumaturgos*, edição brasileira de 1993, Jaques LeGoff afirma que esse contato com Granet e Gernet foi extremamente importante para a formação de Bloch, influenciando profundamente sua produção historiográfica, uma vez que esse último buscava desenvolver problemáticas e metodologias para

---

<sup>1</sup> SCHWARCZ, Lilian Moritz. Apresentação. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 08

renovar a sinologia, orientando Bloch “para percepções mais amplas que as da historiografia tradicional acerca do [...] Ocidente medieval”<sup>2</sup>.

Por volta de 1911, Bloch começou a publicar seus primeiros artigos, demonstrando com eles interesse pelo feudalismo medieval, pela região da Île de France e, sobretudo, “pelo ritual nas instituições do passado”<sup>3</sup>. Em *A escola dos Annales*, Peter Burke menciona a especialização de Bloch em História Medieval, seu interesse pela *geografia histórica*, como mostra seu estudo sobre a Île-de-France publicado em 1913, e a influência que o sociólogo Émile Durkheim exerceu sobre sua obra. Bem cedo, portanto, Bloch demonstrou a importância da interdisciplinaridade, insistindo “na necessidade de o historiador regional combinar as habilidades de um arqueólogo, de um paleógrafo, de um historiador das leis, e assim por diante”<sup>4</sup>.

Três de seus livros são repetidamente citados como os mais importantes de sua carreira: *Os reis taumaturgos*; *Os caracteres originais da história rural francesa do século XI ao século XVIII* (cujo tema é a evolução das estruturas agrárias do ocidente) e *A Sociedade Feudal*, uma síntese sobre a organização social na Idade Média.

O advento da Primeira Guerra, em 1914, interrompeu seus trabalhos, mas lhe rendeu experiências extremamente importantes. Doente e ferido, Bloch aproveitou o repouso forçado para fazer anotações que seriam a base de seu livro *A Estranha Derrota*, publicado posteriormente, em 1940.

Em 1919 foi nomeado *maître de conférences* na Faculdade de Letras de Estrasburgo, recém-desanexada da Alemanha. Aqui vale lembrar que Estrasburgo passou a pertencer à Alemanha após a Guerra Franco-Prussiana (1870-871), quando a França derrotada foi obrigada a

---

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 11

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 10

<sup>4</sup> BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991. p. 30, p. 27

assinar um tratado cedendo ao império alemão a região fronteiriça da Alsácia e da Lorena. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, foi a vez da Alemanha assinar um tratado, o de Versailhes, no qual, entre outras coisas, “devolveu” à França a região anexada quando da Guerra Franco-Prussiana. Assim, Estrasburgo voltou ao domínio francês, após pertencer à Alemanha por quase 50 anos.

Todos os autores, ao mencionarem a ida de Bloch para Estrasburgo chamam a atenção para o fato de que o ambiente dessa universidade era propício ao intercâmbio entre as disciplinas. Foi nesse ambiente que Marc Bloch aproximou-se de Lucien Febvre e estabeleceu contato com um grupo de intelectuais de outras áreas, dentre os quais os historiadores Georges Lefebvre, André Piganiol e Charles E-Perin. Bloch permaneceu em Estrasburgo de 1919 até 1936, quando foi convidado para suceder Henri Hauser na cadeira de História Econômica, na Sorbonne.

Foi em Estrasburgo, no ano de 1924, que Bloch concluiu e publicou *Os reis taumaturgos*, um estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído aos reis franceses e ingleses, que, segundo Le Goff, começara a ser escrito em 1912.

Dois anos após a criação dos Annales, em 1931, surge outra obra importante, *Os caracteres originários da história rural francesa, do século XI ao século XVIII*, na qual Marc Bloch desenvolveu um estudo de *longa duração*, utilizando comparações e contrastes entre França e Inglaterra, utilizando fontes não-literárias, como mapas cartográficos. A inovação maior que essa obra de Bloch reflete é a utilização do *método regressivo*. Foi também esse livro que revelou o interesse de Bloch pela análise dos fatos econômicos. Em 1939 foi a vez de *A Sociedade Feudal*, também um estudo de *longa duração*, no qual o autor constrói um panorama da história da Europa de 900 a 1300, preocupando-se em esclarecer toda uma “cultura do feudalismo”.

Em 1939, a guerra interrompeu mais uma vez a produção do historiador. Marc Bloch alistou-se voluntariamente no exército aos 53 anos. Em 1943 entrou na Resistência Francesa,

tentou escapar da perseguição nazista, mas foi capturado pela Gestapo. No período em que esteve preso, aproveitou para escrever sobre sua experiência nas duas guerras. Foi também nessa época que, mesmo impossibilitado de recorrer a uma biblioteca ou aos seus livros, elaborou suas reflexões sobre o método histórico, que ficaram inacabadas, sendo publicadas por Lucien Febvre em 1949, com o título *Apologie pour l'histoire, ou, Métier d'historien*.

Em 16 de julho de 1944, Marc Bloch foi fuzilado pelos alemães em Saint Didier de Formans.

Durante o século XIX e início do século XX a escola metódica rankeana dominou a historiografia. Essa escola foi fundada por Leopold Von Ranke, que almejava transformar a história numa ciência. Para tanto, aperfeiçoou o método de crítica das fontes que, segundo ele, garantiria que a objetividade fosse alcançada. O tipo de história produzido por Ranke, e seus seguidores, era uma história baseada em documentos oficiais e preocupada em narrar os grandes eventos, a vida e os feitos dos grandes indivíduos históricos. Essa preocupação excessiva com as fontes e com a narrativa de grandes acontecimentos acabou limitando significativamente o ofício do historiador.

No início do século XX, começaram a surgir fortes críticas à história tradicional, oriundas, sobretudo, das ciências sociais que começavam a ganhar espaço e a influenciar profissionais de outras áreas. Essas críticas foram um estímulo para que dois jovens historiadores franceses, Marc Bloch e Lucien Febvre, planejassem juntos uma renovação da História.

Assim, a escrita da história tomou novos rumos a partir do final da década de 1920, com a criação da revista dos Annales, chamada a princípio de *Annales d'histoire économique et sociale* (Anais de história econômica e social). Marc Bloch e Lucien Febvre, os fundadores dessa revista, pretendiam renovar o fazer historiográfico. Seu intuito era escrever a história sob uma nova perspectiva, que não fosse mais uma simples narrativa dos grandes acontecimentos.

Desse modo, a Escola dos Annales surgiu em oposição à Escola Metódica, originando-se do desejo de fazer da história uma ciência que, baseada na interdisciplinaridade, pudesse dar conta de uma história que fosse total e não apenas de uma história superficial dos grandes eventos e dos heróis nacionais, como vinha ocorrendo até então.

Não obstante a fundação da revista tenha ocorrido em janeiro de 1929, o projeto de renovar a historiografia é bem anterior: remonta ao ano de 1919, quando Marc Bloch e Lucien Febvre encontraram-se na Universidade de Letras de Estrasburgo. As idéias que esses dois historiadores passaram a divulgar com a nova revista historiográfica podem ser encontradas em suas obras, inclusive naquelas anteriores à fundação dos Annales.

O objeto desta pesquisa é justamente uma dessas obras, *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*, que Marc Bloch publicou em 1924. Através dessa obra pretendemos analisar de que forma o historiador trouxe à luz novas abordagens e novos métodos e introduziu novos conceitos, antecipando propostas e temas que mais tarde seriam muito caros aos historiadores dos Annales.

O que o presente trabalho tenciona é, através desse livro de Marc Bloch, apresentar as mudanças ocorridas no meio historiográfico a partir do momento em que se começou a perceber a insuficiência da história tradicional, trazendo-se para a historiografia propostas para a produção de uma história feita sob novas perspectivas, renovada tanto no que diz respeito aos seus temas, suas abordagens, suas fontes, quanto a sua metodologia.

*Os reis taumaturgos* trata do ritual do toque das escrófulas praticado na França e na Inglaterra do século XII ao século XVIII. Marc Bloch buscou entender que fatores levaram as pessoas daquele longo período a acreditarem na cura das escrófulas através do simples toque e que fatores fizeram com que tal crença declinasse e deixasse de existir depois de tantos séculos. A questão para Bloch era saber como se deu a manutenção dessa fé através de vários séculos. Em

outras palavras, seu objetivo era saber em que ambiente nasceu tal crença e que condições favoreceram o surgimento do ritual.

Georges Duby, ao mencionar o estudo de Marc Bloch sobre o toque das escrófulas em um de seus livros, afirmou que nele Marc Bloch “convida-nos a considerar uma atmosfera mental”<sup>5</sup>, embora não tenha utilizado o termo *mentalidades* com muita frequência, preferindo falar de *psicologia coletiva*.

O livro aqui estudado exemplifica como seu autor preocupou-se tanto com aquilo que muda mais lentamente na história, ou seja, com a manutenção da crença atravessando um longo período, a *longa duração*, quanto com a mudança de mentalidade, quando tentou entender o que levou ao declínio e desaparecimento dessa crença, revelando então o que mais tarde se tomaria um grande tema dos Annales. No prefácio desse livro, Jacques Le Goff fez questão de deixar claro que o termo *longa duração* não significa necessariamente “um longo período cronológico; é aquela parte da história, das estruturas, que evolui e muda mais lentamente”<sup>6</sup>.

*Os reis taumaturgos* apresenta a tentativa de fazer uma *história total*. Não no sentido da ambição da história tradicional, de abranger a história em toda sua evolução, partindo de uma origem. Trata-se sim, de uma história que, num enfoque de *longa duração*, busca compreender a *mentalidade* que permitiu o surgimento e a manutenção da crença na cura através do toque, acompanhando a mudança de mentalidade que gerou o desaparecimento dessa crença, sem esquecer do aspecto político, já que aborda um tema diretamente ligado ao poder dos reis.

Buscamos analisar de que maneira esse historiador, formado nos métodos de abordagem tradicional, associou seu apreço pelo método erudito de crítica das fontes a uma visão inovadora

<sup>5</sup> DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 87

<sup>6</sup> LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 17

para dar ao seu “estoque” de material um tratamento também inovador, como a utilização de dados quantitativos, tão valiosos para historiadores da segunda geração dos Annales.

Pretendemos, portanto, mostrar como ocorreram as mudanças no que diz respeito aos objetos, às abordagens e aos temas a partir de um determinado momento, que foi o da criação dos Annales, a partir do qual a ciência histórica passou a ser repensada, reelaborada e vista sob um novo olhar.

A opção por trabalhar com a historiografia ocorreu por entendermos que saber acerca da história da própria História é essencial para quem pretende tornar-se um historiador de ofício, ou, como escreveu Peter Burke: “os historiadores podem aprender algo importante estudando o passado de sua própria disciplina”<sup>7</sup>.

A questão aqui, no entanto, não é discutir se a reflexão teórica é mais ou menos importante que o trabalho em arquivos, também essencial para o historiador. Peter Burke, em entrevista concedida à historiadora Maria Lúcia G. P. Burke, afirmou que “é difícil, se não impossível, para os cientistas, fazer observação sem que tenham ao menos uma teoria provisória [...] para testar”<sup>8</sup>, isto é, de nada vale entrar num arquivo sem saber o que se quer encontrar dentro dele e, para isso, a fundamentação teórica é imprescindível.

Desse modo, através da leitura metodológica desse livro e de material bibliográfico de apoio, que discute questões ligadas à historiografia que antecedeu os Annales e as propostas teóricas e realizações dessa escola, buscarei situar o estudo de Bloch no contexto de dominação da escola metódica e também dentro do quadro de mudança de pensamento e de desejo inovador no qual surgiria a nova escola historiográfica; analisar de que maneira o livro distancia-se da história tradicional, apresentando “percepções mais amplas”; estudar o papel desempenhado pela

---

<sup>7</sup> PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história*. São Paulo: Unesp, 2000. p. 200

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 208

interdisciplinaridade na composição do livro e analisar até que ponto a concepção do autor a respeito da escolha e tratamento das fontes fez de seu livro um exemplo de história distinta daquela que vinha sendo produzida até então.

Evidentemente essa pesquisa não poderia prescindir de uma análise cuidadosa do que o próprio Marc Bloch escreveu sobre a pesquisa histórica. Por isso, seu *Apologia da história* integra o rol de leituras fundamentais para a composição dessa monografia, ao lado de *Combates pela história*, de Lucien Febvre, de *Escritos sobre a história*, de Fernand Braudel e de *Método histórico e ciência social*, de François Simiand.

Sobre *Apologia da história* e *Combates pela história* vale ressaltar que esses dois livros permitem conhecer um pouco da personalidade de seus autores. Através dos escritos de Febvre é possível perceber claramente o que o fazia tão diferente de seu amigo Marc Bloch, a quem ele mesmo definiu como um homem sereno. Os artigos publicados em *Combates pela história* justificam plenamente o título do livro, na medida em que revelam um Lucien Febvre combativo, que seleciona livros e historiadores para exemplificar justamente o tipo de história que ele e seus companheiros dos *Annales* repudiavam. Bloch por sua vez, em seu ensaio sobre o método, limitou-se a refletir sobre seu ofício, revelando as deficiências da historiografia tradicional sem, no entanto, atacar diretamente nenhuma obra ou autor.

Num primeiro momento contextualizamos o surgimento da revista dos *Annales*; em seguida tratamos da historiografia que antecedeu o surgimento dos *Annales*; no terceiro capítulo apresentamos uma análise de *Os reis taumaturgos*, relacionando-o à historiografia e demonstrando as inovações temáticas e metodológicas que a obra apresenta. Por fim, na quarta e última parte procuramos esclarecer dois pontos-chave desse trabalho: a *história das mentalidades* e a *antropologia histórica*.

## 2 UMA NOVA HISTORIOGRAFIA NUMA NOVA SOCIEDADE

Ao fundar a Revista dos Annales em janeiro de 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre pretendiam renovar os estudos históricos que até então vinham sendo dominados pela “Escola Científica Alemã” também chamada de “escola metódica”, fundada por Leopold Von Ranke no século XIX. O intuito dos fundadores era escrever a história sob uma nova perspectiva, que não fosse mais uma simples narrativa dos grandes acontecimentos. O descontentamento dos fundadores dos Annales com esse tipo de história devia-se ao fato de que ela não dava conta de responder aos questionamentos que surgiam com as rápidas mudanças que vinham ocorrendo no contexto mundial desde a Primeira Guerra. Para Bloch e Febvre, apenas narrar os grandes acontecimentos, a vida e os feitos dos grandes “indivíduos históricos”, não era o suficiente para se compreender uma realidade ampla e complexa.

Para compreender o surgimento dos Annales é importante lembrar que, embora a criação da revista tenha ocorrido em 1929, o projeto de Bloch e Febvre é de 1919, isto é, recua “ao imediato pós-guerra”, um momento de “questionamentos das certezas anteriores à guerra”<sup>9</sup>.

O homem do século XIX – século considerado quase que unanimemente como um século de paz, uma vez que não houve grandes guerras envolvendo as potências européias da época – era alguém que, até o advento do grande conflito mundial, acreditava realmente que a humanidade caminhava para um progresso e evolução irrefreáveis e irreversíveis. Essa idéia fundamentava-se na estabilidade alcançada, sobretudo pela burguesia, e que se estendia em escala menor, às classes mais baixas, que viram seu padrão de vida melhorar com o avanço científico e tecnológico acelerado no final desse século. No artigo *Caminhando para uma outra história*,

---

<sup>9</sup> DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, 1992. p. 23

publicado no livro *Combates pela história*, Lucien Febvre faz uma referência às mudanças acarretadas pelo avanço tecnológico na maneira de pensar desses homens, afirmando que as

revoluções técnicas [ocorridas] nas nossas sociedades deram origem a verdadeiras mutações psicológicas, sempre correspondentes a novas mudanças: caminhos de ferro, depois os automóveis, depois os aviões, e o passado a recuar por saltos; o vapor, depois a energia elétrica, depois a energia atômica [...] tudo o que afecta o género de vida, o comportamento individual e colectivo, as reacções sensoriais dos homens; [...] esta [...] cadência, esta aceleração prodigiosa das transformações [agravou] ainda mais o abismo que separa as gerações [...]<sup>10</sup>.

Assim, a *Belle Époque* refletia um mundo marcado pela estabilidade e pela paz. Para as potências europeias, faltava apenas “civilizar” os povos atrasados dos continentes periféricos. Missão nobre que justificaria a ambição imperialista das potências.

Eric Hobsbawn sintetiza o que a Primeira Guerra representou para a sociedade europeia, afirmando que ela “assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX”<sup>11</sup>.

Essa sociedade, para Hobsbawn, era

uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de emigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985. p. 242

<sup>11</sup> HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.16

<sup>12</sup> Ibid.

Essa sociedade feliz desmoronaria com a Primeira Guerra Mundial que, por sua vez, viria denunciar que toda aquela tranquilidade era superficial e que o otimismo amplamente difundido do século XIX contrastava com relações diplomáticas tensas baseadas na espionagem, em interesses imperialistas e num forte sentimento nacionalista.

Assim, a partir de 1914, a Europa entraria num processo de regressão dos padrões alcançados pelos países desenvolvidos, padrões que, segundo a crença da época, estariam se espalhando para as regiões atrasadas e para as camadas mais baixas e menos esclarecidas da população<sup>13</sup>.

Essa Guerra, da qual até os vitoriosos saíram perdendo, e muito, além do saldo de milhões de mortos e inválidos e das alterações territoriais, causou inúmeras transformações no modo de viver e pensar da maior parte da humanidade. A Europa, diminuída econômica, política e demograficamente, perdeu a condição de potência, o que fez com que o discurso eurocêntrico se desgastasse. As potências européias enfraquecidas deram lugar aos EUA e ao Japão, que começavam a despontar como novas potências mundiais.

Essa concepção de que uma mudança brusca, acarretada pela Grande Guerra, elevou os EUA e o Japão rapidamente a condição de grandes potências e levou a poderosa Europa à ruína imediata, não é unânime. Eric Hobsbawn, por exemplo, discorda dessa interpretação. Para ele essa não passa de uma “impressão superficial”, uma vez que

em 1914, os EUA já eram uma grande economia industrial [...] e eram a extensão da Europa no além-mar, enquadrando-se no Velho Continente sob a denominação ‘civilização ocidental’. [Além disso], o conjunto de países industrializados do século XIX continuava sendo, de longe, a maior concentração de riqueza e poder econômico e científico-tecnológico do globo, além daquele cujos povos tinham, de longe o mais alto padrão de vida<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos*. p. 16

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 24

Ocorre, porém, que, pelo menos aos olhos dos que sobreviveram ao grande conflito e de muitos historiadores, a Europa parecia ser, como o próprio Hobsbawn define, “um velho mundo eurocêntrico ou ‘ocidental’ em pleno declínio”<sup>15</sup>.

E, ao que tudo indica, essa era exatamente a visão dos fundadores dos *Annales*, que perceberam o enfraquecimento e a decadência da Europa e a conseqüente necessidade de superar o eurocentrismo e voltar o olhar para outras civilizações. Eles constataram também “a falência da história-batalha que não soube impedir a barbárie. A vontade deliberadamente pacifista do pós-guerra [...], incita à superação do relato da história puramente nacionalista, chauvinista, que foi o credo de toda uma juventude desde a derrota de 1870”<sup>16</sup>. Bloch e Febvre, portanto, não pertenciam ao grupo de historiadores, cujo discurso eurocêntrico “correspondia bem a um mundo unificado pelo capitalismo e dominado por Londres e Paris”<sup>17</sup>. Pelo contrário, conscientes das transformações que vinham ocorrendo, sentiram necessidade de buscar respostas para a realidade que se impunha, renovando o discurso historiográfico.

Em um texto publicado em 1946, Lucien Febvre reafirma a necessidade de se pensar em termos mundiais e não mais em termos de uma Europa que já deixara de ser hegemônica, que perdera seu predomínio para outras potências. Embora esse texto tenha sido publicado logo após a Segunda Guerra, ele revela uma constatação que, sem dúvida, é muito anterior.

Entre as diversas mudanças geradas pela Primeira Guerra, estão as transformações econômicas. Segundo François Dosse, embora a quebra da Bolsa de Nova York tenha ocorrido em outubro de 1929, ela foi conseqüência de mudanças econômicas que ocorreram durante toda a década de 1920, no mundo. Assim, não se pode afirmar que a criação dos *Annales* tenha sido uma tentativa de explicação imediata para as questões econômicas que surgiam, mas é correto

<sup>15</sup> HOBSEBAWN, Eric. *Era dos extremos*. p. 24

<sup>16</sup> DOSSE, François. *A história em migalhas*. p. 23

<sup>17</sup> *Ibid.*

dizer que a mudança do enfoque político para o econômico ocorreu, também, como uma tentativa de compreender “as quebras dramáticas da economia capitalista em escala mundial, alcançando de um só golpe a América e a Europa, [que] questionam a idéia de progresso contínuo da humanidade em direção ao acúmulo de bens materiais”<sup>18</sup>. Assim, não foi por acaso que a revista dos Annales surgiu com o nome *Annales d'histoire économique et sociale*.

Desse modo, François Dosse defende que dois fatores foram extremamente importantes para a eclosão do “movimento dos Annales”: as mudanças socioeconômicas que ocorreram após a Primeira Guerra Mundial e as mudanças no campo das Ciências Sociais. Para Dosse, essa “dupla influência” não só foi fundamental para o surgimento dos Annales, como também influenciou toda a evolução do seu discurso. Em outras palavras, cada vez que ocorreu uma mudança no discurso dos Annales, ela esteve diretamente ligada a essa dupla influência da situação mundial e do campo das ciências sociais.

As ciências sociais constituíram, a princípio, um fator de crise e posteriormente um fator de estímulo para os historiadores. “O questionamento do evolucionismo, da idéia de progresso, desloca a reflexão da história para outros terrenos exteriores ao seu próprio território. Esse período é marcado pelas novas ciências sociais, como a lingüística, a psicanálise, a antropologia e sobretudo [...] pela sociologia, com a escola durkheimmiana”<sup>19</sup>.

A ambição de Émile Durkheim era unificar as ciências humanas sob o comando da Sociologia. Para tanto, seria preciso atacar a História, que já era uma disciplina fortemente implantada nas universidades, e fazer dela apenas uma espécie de disciplina auxiliar da sociologia.

---

<sup>18</sup> DOSSE, François. *A história em migalhas*. p. 22

<sup>19</sup> Ibid., p. 26

Em 1903, o sociólogo François Simiand publicou um artigo na *Revista de Síntese Histórica*, fundada por Henri Berr em 1900, pondo em dúvida a capacidade da História, atacando os “ídolos da tribo dos historiadores” e apelando para que a História se renovasse deslocando sua observação do individual para o social. O artigo de Simiand dirigia-se, sobretudo, ao manual metodológico, *Méthode historique appliquée aux sciences sociales*, de Langlois e Seignobos, publicado em 1901. Diferentemente do que pretendia Durkheim, Simiand não buscava relações de complementaridade com a História. Ele pretendia disputar com a História o controle do saber. Entretanto, esse artigo acabou estimulando os historiadores a repensar a prática de seu ofício e utilizar o programa dos sociólogos para combater a *história historizante* e promover uma renovação de sua disciplina. Assim, François Dosse, em seu livro *A história em Migalhas*, defende que foi da dura crítica de Simiand, que “os Annales [extraíram] o essencial do seu aspecto inovador, da história-problema à promoção de pesquisas coletivas, sem esquecer da construção de modelos, mas desta vez em benefício de uma história federalista e não da sociologia”<sup>20</sup>.

François Simiand critica a historiografia tradicional em todos os seus aspectos, apontando suas fragilidades e insuficiências, mas também reconhece que

os procedimentos metodológicos, a direção de espírito de um conjunto de pesquisadores, bem organizados, conscientes de sua formação, de seu valor comprovado, fortalecidos por uma crença em uma tradição secular, de progressos incessantes consideráveis, não poderiam ser transformados bruscamente [...], mas uma orientação imediata deveria, ao menos, ser tentada rumo ao objetivo de mudança dos estudos históricos. Estaria na hora de renunciar a um certo número de hábitos precisos e, sem dúvida, condenados, que [...] seriam “os ídolos da tribo dos historiadores”<sup>21</sup>

<sup>20</sup> DOSSE, François. *A história em migalhas*, p. 31.

<sup>21</sup> SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 109-110

Assim, as reações contra a história tradicional não apareceram com o advento dos *Annales* em 1929. Pelo contrário, os *Annales* é que constituíram uma resposta, por parte dos historiadores, a uma série de críticas e sugestões que vinham sendo dirigidas à história dominante na época. É importante ressaltar que mesmo no período de predomínio da historiografia tradicional, o século XIX, manifestaram-se o que Peter Burke chamou de “vozes discordantes” da tendência rankeana. Esse autor ilustra sua afirmação mencionando historiadores que publicaram obras na segunda metade do século XIX, como

Michélet e Burkhardt [que] tinham uma visão mais ampla da história do que os seguidores de Ranke. Burkhardt interpretava a história como um campo em que interagiam três forças – o Estado, a Religião e a Cultura –, enquanto Michelet defendia [...] “a história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos”<sup>22</sup>.

Entre os que se opunham à história tradicional merecem destaque os historiadores marxistas, que apontavam as “tensões existentes no interior da estruturas socioeconômicas”<sup>23</sup> como fundamentais para o entendimento da mudança histórica.

Assim, o domínio da história política, freqüentemente contestado no final do século XIX, teve nos historiadores econômicos seus opositores mais bem organizados. Os historiadores marxistas já vinham, há algum tempo, contestando os objetos e métodos de Ranke e seus discípulos e, ao mesmo tempo, propondo novos caminhos para a historiografia.

Mais do que expor as características do materialismo histórico ou da disciplina de François Simiand, o importante aqui é compreender, através das críticas, que tipo de história era produzida

---

<sup>22</sup> BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. p. 18-19

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 19

na época, o que se pretendia combater e em que pontos ela se mostrava insuficiente e suscetível às críticas.

No ensaio *Método Histórico e Ciência Social*, François Simiand utiliza o manual de Langlois e Seignobos, já mencionado, para mostrar o quanto a concepção de ciência dos “metodologistas da história” – como chamava os historiadores ligados a escola metódica rankeana – era equivocada, afirmando que

a metodologia da história tradicional, pretendendo submeter à sua crítica e à sua metodologia a constituição de uma ciência dos fatos humanos, desconhece radicalmente as condições necessárias e suficientes, assim como os procedimentos próprios e verdadeiros, de toda ciência positiva e, em particular, de uma ciência social positiva<sup>24</sup>.

Na realidade nem os sociólogos, nem os historiadores marxistas ou dos Annales, foram os primeiros a criticar os modelos da história tradicional. Peter Burke, no seu livro *A escrita da história*, afirma que “muito antes do nosso tempo, na época do iluminismo, já se atacava a hipótese de que a história escrita deveria ser uma narrativa dos acontecimentos”<sup>25</sup>. No artigo mencionado, François Simiand expõe as características da história tradicional e depois as contesta argumentando que “o emprego do quadro político foi criticado, mais de uma vez, pelos próprios historiadores, mas como ocorre, freqüentemente, as práticas de um corpo de pesquisadores sobrevivem à crítica formulada por alguns dentre eles e continuam a se impor, indiretamente, até mesmo aos autores das críticas”<sup>26</sup>.

Assim, pode-se perceber que entre os historiadores da época, conforme afirmou P. Burke, já havia os que discordavam das concepções de Ranke e seus partidários. E, embora não fosse fácil romper com essa disciplina já estabelecida, alguns historiadores começavam a formular suas

---

<sup>24</sup> SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. p. 67.

<sup>25</sup> BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 327

<sup>26</sup> SIMIAND, François. Op. cit., p. 76

críticas e a produzir seus trabalhos deixando de lado a ênfase no aspecto político, a divisão cronológica convencional, a supremacia dos documentos oficiais etc., passando a utilizar outros tipos de fontes, estabelecendo o corte cronológico mais apropriado às suas pesquisas e concentrando-se não só nos acontecimentos, mas também nos aspectos sociais e culturais.

Desse modo, mesmo historiadores formados dentro dos métodos tradicionais começavam, aos poucos, a apresentar seu descontentamento com a explicação fornecida pela história tradicional. Foi o que ocorreu mais tarde com Marc Bloch e Lucien Febvre, hoje chamados de “pais-fundadores” da escola dos *Annales*, que buscavam trazer para a História as inovações que vinham, há alguns anos, sendo testadas pelas Ciências Sociais. Bloch, mesmo tendo aprendido a apreciar o método erudito e conservando uma certa tolerância para com a história tradicional, bem cedo compreendeu a insuficiência desse tipo de história, passando a defender, junto com Febvre, a renovação da historiografia.

O desgaste da história política voltada para a narrativa dos grandes eventos e para a biografia dos grandes indivíduos ocorreu quando se percebeu que as mudanças que ocorriam em escala mundial não se deviam exclusivamente às medidas diplomáticas, às atitudes desse ou daquele governante, mas estavam relacionadas a questões ligadas aos aspectos econômicos e sociais. A mudança decorreu também da constatação de que a história nacionalista que incitava a guerra era ineficaz. Essa oposição ao aspecto político “é também uma reflexão sobre o declínio, a decadência, a ineficácia das ideologias, sobre o sobressalto necessário, que venha dar lugar ao homem percebido enquanto personalidade, enquanto singularidade”<sup>27</sup>.

Lucien Febvre, ao criticar *A história diplomática da Europa (1871-1914)*, escrita em 1929, por um grupo de historiadores sob a direção de Henri Hauser, admite que esses historiadores eram

---

<sup>27</sup> DOSSE, François. *A história em migalhas*. p. 25

capazes de reconhecer a influência do aspecto econômico sobre o político, o que inclusive é abordado na obra, ainda que superficialmente. O que Febvre condena com mais veemência nesses historiadores é a negligência para com “as forças ocultas, as energias secretas que fazem agir e mover as massas humanas [...]. Eles, entrincheirados por detrás de um pressuposto, o de nunca utilizar senão documentos diplomáticos propriamente ditos [...] preocupam-se apenas com a crosta aparente do seu globo, da sua esfera político-diplomática”<sup>28</sup>. Nesse mesmo artigo, intitulado *Contra a História Diplomática em si – História ou política?*, Febvre dirige duras críticas aos manuais de história política, que circulavam sobretudo no final do século XIX, afirmando que, sob o ponto de vista técnico, até que não eram livros ruins, mas

contribuíram, mais que quaisquer outros, para substituir nos cérebros de várias gerações de estudantes [...] a noção desinteressada de uma história “das relações”, pela noção pragmática de uma ‘política histórica’, isto é, de uma história que se contenta com compreender e fazer compreender, se possível [...], os motivos reais, profundos e múltiplos desses grandes movimentos de massas que tão depressa levam as colectividades nacionais a unir-se e a colaborar pacificamente, como [sic] as lançam umas contra as outras, incitadas por paixões violentas e assassinas<sup>29</sup>.

De uma maneira geral, praticamente todos os historiadores dos *Annales*, sejam os ligados aos primeiros *Annales* ou à *história nova* da terceira geração do movimento, se posicionam de forma semelhante com relação à história política tradicional. Esse repúdio – herdado primeiro da sociologia de Durkheim e Simiand, depois de historiadores que já no início do século XX propuseram uma renovação da historiografia, como Henri Berr – aparece desde os escritos de Lucien Febvre e Marc Bloch até os de Jacques Le Goff.

Não obstante, Fernand Braudel, principal nome da segunda geração dos *Annales*, chama atenção para um equívoco bastante comum:

<sup>28</sup> FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. p. 68

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 69

[há] entre nós, historiadores, uma viva desconfiança relativamente a uma história tradicional, dita ocorrencial, confundindo-se a etiqueta com a da história política, não sem alguma inexatidão: a história política não é forçosamente ocorrencial, nem condenada a sê-lo. [Embora seja] um fato que, no seu conjunto, a história dos últimos cem anos quase sempre política, centrada no drama dos ‘grandes eventos’, trabalhou no e sobre o tempo curto<sup>30</sup>.

Talvez por causa desse tipo de constatação é que se fala muito atualmente em um “retorno da história política”. Dentro do próprio movimento dos *Annales* há historiadores que optaram por fazer esse tipo de história. Assim, distingue-se atualmente dois tipos de história política: a história política tradicional, construída com base em documentos oficiais, voltada para os acontecimentos, os grandes indivíduos, os Estados, seus governantes, ministros, diplomatas etc.; e a nova história política, que estuda o poder, mas em esferas particulares, numa perspectiva menor, como o exercício do poder dentro da família, de pequenas instituições etc. O exemplo que é freqüentemente utilizado quando se trata dessa nova história política, é o do autor de Michel Foucault. Peter Burke em *História e Teoria Social*, por exemplo, defende que “Política [é um] termo que vem ampliando seu significado para abarcar os aspectos informais, invisíveis do exercício do poder. Michel Foucault foi um dos primeiros a defender o estudo da ‘micropolítica’, isto é, o exercício do poder em várias instituições de pequena abrangência como prisões, escolas, hospitais e até famílias”<sup>31</sup>.

Entretanto, é importante lembrar que os “pais-fundadores” também fizeram um tipo de história política diferente da história política tradicional, mesmo antes do advento dos *Annales*. Lucien Febvre, por exemplo, em sua tese sobre *Felipe II e o Franco Condado*, defendida em 1911, aborda o aspecto político, mas sem colocá-lo no centro da questão, preocupando-se antes com os “conflitos sociais subjacentes e na resistência que se opõe [...] ao progresso do

<sup>30</sup> BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 46

<sup>31</sup> BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp, 2002. p. 113

absolutismo”<sup>32</sup>. Outro exemplo, mais importante para este estudo, é o de Marc Bloch e seu *Os Reis Taumaturgos*. Trata-se aqui de uma história política sim, uma vez que o autor discute o poder dos reis franceses e ingleses, inclusive dedicando boa parte do livro à demonstração da atitude política dos monarcas ingleses e franceses em relação à Igreja e em face um do outro: mas a perspectiva aqui difere e muito daquela dos historiadores tradicionais, uma vez que Bloch procurou explicar como uma crença popular acabou contribuindo para a legitimação desse poder ao acrescentar-lhe o dom da cura.

No prefácio da edição de 1978 de *A história Nova*, Jacques Le Goff, ao tratar dos “retornos” ocorridos no território da história nova – o retorno do acontecimento, da narrativa, da biografia e, principalmente da história política –, adverte que “Essas voltas são equívocos. Se cada uma delas pode ser aceita pela nova história e se os partidários da nova história não raro delas deram exemplo, é porque cada um desses gêneros históricos [...] volta com uma problemática profundamente renovada”<sup>33</sup>. Mais adiante, sustentando que o retorno mais importante de todos foi o da história política e mencionando Marc Bloch de *Os Reis Taumaturgos*, como um dos “pioneiros dessa história política renovada”, Le Goff afirma que

embora a escola dos *Annales* tenha tido razão em combater uma história política superficial e fatal de visão curta, uma história da política no sentido politiquês do termo, é preciso construir uma história do político que seja uma história do poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> DOSSE, François. *A história em migalhas*. p. 77

<sup>33</sup> LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.p. 07

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 08

### 3 MÉTODO HISTÓRICO E MARC BLOCH

A história construída a partir da aplicação do método erudito é freqüentemente denominada história tradicional ou positivista. Desde que Ranke sistematizou o método histórico (do qual trato adiante) e propôs seu emprego com o intuito de tornar a História uma ciência, no século XIX, tem recebido duras críticas. A proposta de Ranke era fazer da história uma ciência nos moldes das ciências naturais. Para tanto era necessário fazer uma crítica rigorosa dos documentos, que eram a principal, senão a única, fonte do historiador, sobretudo os documentos oficiais. Sobre isso Peter Gay, em *O estilo na história*, afirmou que o fundamental do método de Ranke

consistia no estatuto único e privilegiado do documento de época; apenas ele detinha a chave da verdade histórica. Chegará o tempo, foi sua [de Ranke] profecia [...], em que os historiadores já não haverão de escrever a nova história a partir de tratamento secundários [*sic*] ou sequer de historiadores da época – exceto na medida em que possuírem um conhecimento direto –, mas basear-se-ão inteiramente nos relatos de testemunhas oculares e nas fontes mais autênticas e mais imediatas<sup>35</sup>.

Dessa forma, o método histórico sistematizado por Ranke consistia na aplicação de técnicas auxiliares às “fontes mais prístinas”, uma vez que para ele a história construída com base em livros, crônicas ou quaisquer tipos de fontes secundárias, não tinha valor.

Foi de tal perspectiva – a autoridade exclusiva do imediato – que Ranke se arrojou, desde os primórdios da sua carreira, a uma crítica agressiva àqueles, dentre seus predecessores, que haviam escrito histórias, a partir de outras histórias, creditando a cronistas parciais e apaixonados [...] o distanciamento próprio de um historiador e falsamente atribuindo a seus textos o estatuto de um documento<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> GAY, Peter. *O estilo na história*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 75

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 76

Essa preocupação com as fontes se dava porque Ranke acreditava que o documento cuidadosamente criticado poderia ser uma garantia de objetividade, isto é, a verdade histórica poderia ser alcançada se o historiador criticasse sua fonte sem fazer questionamentos ou levantar hipóteses, apenas absorvendo as informações tal qual elas se apresentavam e, com o máximo de imparcialidade possível, narrasse os fatos, reproduzindo assim, o fato histórico “tal como ele realmente aconteceu”. A isso Bloch chamou de “conselho de probidade [...] Mas também um conselho de passividade”<sup>37</sup>.

Essa máxima de Ranke tem sido repetida incansavelmente e identificada como um dos maiores equívocos desse historiador, uma vez que nem mesmo os documentos oficiais meticulosamente criticados permitem reconstruir os fatos do passado como efetivamente ocorreram. Tal pretensão jamais poderá ser alcançada. Todavia, tanto Peter Gay quanto Sérgio Buarque de Holanda, ao escreverem sobre o historiador alemão, afirmam que o equívoco maior é cometido pelos que condenam esse aforismo. O primeiro defende que o que Ranke fez foi um apelo ao método científico e que ao dizer, no prefácio de seu primeiro livro, *História dos povos românicos e germânicos de 1494 a 1514*, que “escreveria a história ‘como realmente aconteceu’” o que apresentava era a “declaração modesta de um cientista decidido a executar sua tarefa e a se concentrar no que se poderia conhecer de maneira confiável [...]”<sup>38</sup>. O segundo, por sua vez, admite que o apotegma “É uma fórmula [...] infeliz, porque sua redação pode dar margem a interpretações, que não correspondem ao pensamento do autor e, em muitos casos, são radicalmente opostas a esse pensamento [...]”<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história*. p. 125

<sup>38</sup> GAY, Peter. *O estilo na história*. p. 70

<sup>39</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold Von Ranke. *Revista de História*. São Paulo, ano 25, v. 50, t. 2, n. 100, p. 437, 1974.

A valorização excessiva do documento gerou o desenvolvimento de toda uma metodologia voltada para a análise crítica das fontes, baseada no “método erudito, que os franceses tinham criado nos séculos XVI e XVII”<sup>40</sup>.

Antes de tratar do surgimento desse método erudito, é importante esclarecer algumas coisas sobre seu maior defensor. Uma das características fundamentais do movimento dos *Annales*, sobretudo da sua primeira geração, é o ataque sistemático à história tradicional e, conseqüentemente, a Ranke e seus discípulos. O método desenvolvido por Ranke é, evidentemente, questionado a todo momento.

No que diz respeito à crítica dos fundadores dos *Annales* e maiores representantes da primeira geração da revista, Marc Bloch é sempre muito discreto em suas considerações, dirigindo-as normalmente à historiografia à qual se opõe. Lucien Febvre, ao contrário, não se satisfaz apenas em combater a *história historizante* – “o termo ‘história historizante’ será de emprego corrente na escola dos *Annales*, visando caracterizar o tipo de história empreendido por Langlois e Signobos”<sup>41</sup>. Lucien Febvre, em seu livro *Combates pela história*, afirma que foi Henri Berr quem batizou a história tradicional de *história historizante*, definindo-a como “uma forma de história que, bastando a si própria, pretende bastar também ao conhecimento histórico”.<sup>42</sup> No mesmo texto, Lucien Febvre cita novamente Henri Berr para esclarecer o que seria um *historiador historizante*: “é um homem que, trabalhando sobre fatos particulares estabelecidos por ele próprio propõe-se a ligar entre si tais fatos, coordená-los e em seguida ‘analisar as mudanças políticas, sociais e morais que os textos nos revelam em um dado

<sup>40</sup> REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996. p. 11

<sup>41</sup> SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. p. 30. (N.T.)

<sup>42</sup> FEBVRE, Lucien. Febvre contra a história historizante (1947). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Lucien Febvre: história*. São Paulo: Ática, 1978. p. 104

momento”<sup>43</sup>. Bourdé e Martin, em *As escolas históricas*, defendem que, embora Bloch condenasse a falta de ambição dos historiadores positivistas, era menos crítico que Febvre em relação à história tradicional<sup>44</sup>. É muito provável que ele tenha aprendido a valorizar o método erudito de crítica dos documentos com seus mestres alemães.

Os *historiadores historizantes* são, sem dúvida, o alvo predileto de Lucien Febvre. Em vários dos ensaios publicados em *Combates pela história* encontramos esse historiador a espezinhar Ranke e a menosprezar o método histórico. Num dos seus ensaios afirma que o “Método histórico, método filosófico, método crítico [são] belos utensílios de precisão. Honram seus inventores e as gerações que os usaram, que os receberam dos seus antecessores e os aperfeiçoaram, utilizando-os. Mas saber manejá-los, gostar de os manejar – isso não chega para fazer o historiador”<sup>45</sup>. Mais adiante sustenta que “Há que se banir esse ingénuo realismo de Ranke, que imagina poder conhecer os factos em si mesmos, ‘como se passaram’”<sup>46</sup>. Essa suposta ingenuidade o próprio Ranke desmentiu no prefácio à sua *História Inglesa*, declarando: “‘O que proponho aqui é um ideal, e dirão que é impossível convertê-lo [sic] em realidade’. Não importa. ‘O importante é ter podido mostrar o caminho certo [...] e chegar a algum resultado que se sustente até mesmo em face das investigações e críticas que possam vir depois’”<sup>47</sup>. Febvre também afirma que “se tarda, ainda hoje, a definir a história não pelo seu conteúdo, mas pelo método – que não é sequer o método histórico, simplesmente o método crítico”<sup>48</sup>. Esses são apenas alguns exemplos para ilustrar a maneira como Ranke e sua história tradicional vêm sendo censurados há vários anos.

<sup>43</sup> FEBVRE, Lucien. Febvre contra a história historizante (1947). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Lucien Febvre: história*. p. 104

<sup>44</sup> BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Mira-Sintra (Portugal): Europa-América, [s.d.]. p. 125

<sup>45</sup> FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. p. 50-51

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 63

<sup>47</sup> RANKE, Leopold Von apud HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold Von Ranke. *Revista de História*. p.439

<sup>48</sup> FEBVRE, Lucien. Op. cit. p. 33

Utilizei o exemplo de Febvre primeiro por ele ter sido um dos mais duros em suas críticas e depois porque é a primeira geração dos *Annales* a que mais nos interessa aqui. Entretanto, as críticas dirigidas a Ranke vêm de todas as direções e épocas: de contemporâneos seus como Droysen e Sybel, que julgavam “excessiva e irresponsável” sua objetividade; do materialismo histórico – cujo pai, Karl Marx, acusou-o de “‘o mentiroso catador de detalhes’, que reduziu a história a um ‘anedotário fácil e atribuiu todos os grandes acontecimentos a causas insignificantes e mesquinhas’”<sup>49</sup> –, dos historiadores dos *Annales*, desde a fundação até os dias atuais.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, Ranke teria sido muito criticado pela sua “capacidade de omitir-se diante dos sucessos históricos, de não julgar, não moralizar, não tomar partido”<sup>50</sup>. Nesse ponto é interessante notar que Peter Gay, cujo livro já mencionado foi publicado no mesmo ano do artigo de Sérgio Buarque de Holanda, 1974, apresenta um ponto de vista diferente declarando que “por trás da tela de objetividade científica, Ranke fazia escolhas políticas definidas. Preferia o poder da monarquia alemã ao poder do movimento socialista alemão. Assim, ele descobriu que seu mais sério imperativo – tratar todas as forças históricas com equanimidade – era absolutamente inexequível [...]”<sup>51</sup>. O artigo de Sérgio Buarque oferece vários exemplos de como Ranke teria sido, outras tantas vezes, acusado de rejeitar a filosofia, sem mencionar as inúmeras críticas ao método propriamente dito. Ocorre, no entanto, que a reputação de Ranke nos Estados Unidos sempre fora muito boa e que isso só começou a mudar quando historiadores europeus começaram a migrar para aquele país. Atualmente os estudos sobre Ranke tendem a mostrar as limitações de seu método, mas com o cuidado de apresentar o

---

<sup>49</sup> BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 179.

(O trecho foi extraído de uma carta a Engels, 07 de setembro de 1864).

<sup>50</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold Von Ranke. *Revista de História*. p. 434

<sup>51</sup> GAY, Peter. *O estilo na história*. p. 90.

escritor talentoso que ele foi, o cientista comprometido e sobretudo sua contribuição para a evolução da ciência histórica.

Não se quer dizer com isso que as críticas a Ranke são infundadas ou exageradas. O que se pretende na verdade é mostrar a diferença entre aqueles que só viram em Ranke seus defeitos e aqueles outros que, embora reconhecendo suas limitações, souberam valorizar suas virtudes e reconhecer a sua enorme contribuição para a historiografia, entre os quais estão Peter Gay e Sérgio Buarque de Holanda, que mesmo divergindo em alguns pontos, concordam no fundamental que é o dever de reservar a Ranke o lugar que lhe é devido nos quadros da historiografia.

Vários autores, inclusive Marc Bloch, concordam que o ponto de partida para a elaboração de uma crítica eficiente dos documentos foi a publicação, em 1681, do *De re diplomática*, do monge beneditino Jean Mabillon, na qual se abordava não só a diplomática, como o título sugere, mas praticamente todas as disciplinas auxiliares, indispensáveis, a princípio, aos medievalistas. O estímulo de Mabillon foi o desafio de um jesuíta chamado Paperbroek, que através da leitura das *Vidas dos santos*, concluiu que todos os diplomas merovíngios eram falsos, gerando uma enorme “desconfiança com relação à herança da [alta] Idade Média inteira”<sup>52</sup>. A resposta de Mabillon foi seu tratado sobre a crítica dos documentos, que ensinava como seria possível distinguir os documentos falsos dos autênticos. Assim, Bloch defende que “a doutrina de pesquisa foi elaborada [...] ao longo do século XVII”<sup>53</sup>, mas “o verdadeiro progresso veio no dia em que a dúvida tornou-se [...] ‘examinadora’; em que regras

---

<sup>52</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história*. p. 90

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 91

[objetivas] em outros termos foram pouco a pouco elaboradas, as quais, entre a mentira e a verdade, permitem uma triagem”<sup>54</sup>.

Todos os autores estudados forneceram um panorama da evolução da historiografia desde os tempos de Heródoto, Tucídides, Tito Lívio etc., passando pelos humanistas, pela contribuição de Mabillon e dos historiadores do século XVIII. Entretanto, o que nos interessa aqui é saber que foi no século XIX que o método erudito foi aperfeiçoado, organizado, e seu emprego generalizado, sob a denominação de método histórico pelo alemão Leopold Von Ranke. Foi também nessa época que surgiram grandes tratados consagrados ao método. Segundo Bloch,

Por muito tempo as técnicas da crítica foram praticadas, pelo menos de maneira assídua, quase que exclusivamente por um punhado de eruditos, exegetas e curiosos. Os escritores dedicados a compor obras históricas [...] não se preocupavam em se familiarizar com essas receitas [...] demasiadamente minuciosas, e era com dificuldade que consentiam em levar em conta seus resultados<sup>55</sup>.

Nesse ponto, Marc Bloch reconhece o esforço dos historiadores do século XIX, mas adverte que muito ainda, em prol do trabalho de pesquisa, estava por fazer. As considerações de Bloch sobre metodologia da história tradicional revelam que ele sabia reconhecer a contribuição da “escola metódica” à evolução da historiografia, mas também estava muito atento para suas deficiências.

Bloch demonstra uma visão muito mais apurada que a de seus predecessores, da utilidade das ciências auxiliares. Apesar de concordar que é importante que “o historiador possua pelo menos um veniz de todas as principais técnicas de seu ofício”<sup>56</sup>, reconhece também que mesmo os pesquisadores “mais bem armados” têm seus limites. Sendo, portanto, necessário “substituir a

---

<sup>54</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história*. p. 90

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 93

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 81

multiplicidade de competências em um mesmo homem por uma aliança de técnicas praticadas por eruditos diferentes, mas [todas] voltadas para a elucidação de um tema único”<sup>57</sup>. Eis a necessidade da interdisciplinaridade.

Quanto aos testemunhos, Bloch demonstra um apreço maior pelos involuntários, isto é, os que não foram registrados com a intenção de informar as gerações futuras. Não desvaloriza, contudo, os registros oficiais, tão caros aos historiadores tradicionais, mas revela que para sua geração o que interessava não era o que os textos informavam, mas, ao contrário, o que não pretendiam dizer. Aqui Bloch já demonstra uma oposição aos historiadores tradicionais, uma vez que para ele não era suficiente apenas registrar o que diziam as fontes. Era preciso “fazê-las falar”. Além disso, ele externa sua desconfiança com relação à maneira como muitos historiadores empregavam o método histórico, afirmando que

Muitas pessoas e mesmo, parece, certos autores de manuais fazem uma imagem surpreendentemente cândida da marcha de nosso trabalho. No princípio, diriam de bom grado, eram os documentos. O historiador os reúne, lê, empenha-se em avaliar sua autenticidade e veracidade. Depois do que, e somente, depois, os põe para funcionar ... Uma infelicidade apenas: nenhum historiador, jamais, procedeu assim. Mesmo quando, eventualmente, imagina fazê-lo.

Pois os textos [...], mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los<sup>58</sup>.

Assim, Marc Bloch admitia o valor e a necessidade do emprego das disciplinas auxiliares. Ele sabia que era importante se ter um método de trabalho, mas discordava plenamente da concepção de que apenas obedecendo às etapas de pesquisa, impostas pelo método de Ranke, e praticando uma “observação passiva” se poderia chegar a algum resultado fecundo. Para ele, o método crítico era extremamente eficiente, não sendo necessário modificá-lo, mas era

---

<sup>57</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história*. p. 81

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 79

imprescindível que sua aplicação fosse ampliada e que se compreendesse que não há um “livro de receitas” para a crítica histórica, uma vez que ela é uma “arte de sensibilidade [e] tem sua dialética própria”<sup>59</sup>.

Bloch alertou ainda para o fato de que também a ausência de registros, a falta de documentos sobre certos temas e em determinados períodos, ao contrário do que se pensava, tem muito a revelar ao historiador.

Antes de começar a tratar do método histórico propriamente, é importante apresentar um fator que parece ter sido decisivo para que esse método se desenvolvesse e consolidasse no século XIX: o importante papel que o Estado desempenhou “na organização da pesquisa erudita”<sup>60</sup>. Jean Glénisson defende que, a partir do início do século XIX, não só os grandes Estados, mas também as pequenas nações européias, movidas pelo sentimento nacionalista, passaram a incentivar e subsidiar a criação de “instituições” encarregadas de reunir, organizar e publicar documentos relativos à história dos respectivos países. Assim, Na França, por exemplo,

sob a tutela do governo, a ciência histórica organiza-se então como uma verdadeira potência, com seus mestres, suas escolas, seus missionários e seus fundamentos, o curso periódico de suas revistas e a compacta massa de suas coleções... Nada do que é útil à história foi negligenciado nesta organização metódica: os manuscritos, as inscrições, as medalhas, os monumentos, tudo o que uma nação lega a seu próprio respeito foi posto à luz do dia<sup>61</sup>.

A maioria dos autores que tratam da metodologia da história, acaba nos fornecendo uma espécie de “receita de bolo” – cujos “ingredientes” são as fontes e o “modo de fazer” as etapas da pesquisa histórica – que, se seguida à risca, resultaria numa bela reconstrução do passado. Eis o método histórico herdado de Ranke.

---

<sup>59</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história.*, p. 109

<sup>60</sup> GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos.* 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 100

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 101

Com a finalidade de ensinar a maneira correta e eficaz de realização de uma pesquisa histórica, os autores, após situarem no tempo e no espaço o surgimento de cada uma das técnicas que o historiador precisa dominar, apresentam longas explicações sobre o que são e como devem ser utilizadas as disciplinas auxiliares da história, expõem cada uma das etapas da crítica histórica e concluem com detalhadas explicações sobre a interpretação, a elaboração da síntese e a construção da narrativa. Embora existam algumas divergências entre os autores, praticamente todos os autores estudados apresentam a mesma seqüência, diferindo apenas em algumas considerações e observações. Utilizam exemplos diferentes para ilustrar o método, mas concordam em sua essência. Assim, Besselaar em seu livro *Introdução aos estudos históricos*, cuja primeira edição data de 1956, resume no que consiste a pesquisa, segundo o método histórico:

Antes de poder estudar os documentos, o historiador precisa saber quais são, e onde deve procurá-los: é essa a primeira parte da pesquisa histórica, muitas vezes chamada: Heurística. Uma vez descoberto o documento, precisa ser estudado com método e precisão: é a tarefa da “crítica histórica”, a qual se divide em duas atividades diferentes. A Crítica Externa julga a autenticidade das fontes, ao passo que a Crítica Interna lhes examina a veracidade. Mas os documentos são muitíssimo variados: podem ser textos escritos, objetos de arte, costumes populares, tradições orais, etc. Para lhes tirar informações certas e exatas, o historiador deve ter conhecimentos, se não especializados, ao menos básicos e sólidos, de várias disciplinas subsidiárias<sup>62</sup>.

Assim, o primeiro passo do historiador seria encontrar os documentos necessários à sua tarefa. Sobre isso Marrou escreveu que “O grande historiador [...] não será apenas aquele que melhor souber propor os problemas, mas que, ao mesmo tempo, melhor souber elaborar um programa prático de pesquisas capazes de fazer surgir os mais numerosos, mais seguros e mais

---

<sup>62</sup> BESSELAAR, José Van Den. *Introdução aos estudos históricos*. 3. ed. São Paulo: Editora Herder, 1972. p. 117.

reveladores documentos”<sup>63</sup>. Após encontrá-los, cabe ao historiador criticá-los recorrendo às disciplinas auxiliares da história, que possibilitam a execução da crítica externa do testemunho, isto é, a investigação da autenticidade e da integridade do documento. Embora não exista uma lista definitiva das disciplinas auxiliares, Jean Glénisson as enumerou assim:

a cronologia, graças à qual aprendemos a datar os documentos; a paleografia, ciência destinada a decifrá-los; a diplomática, que descreve e explica a forma dos atos escritos; a epigrafia, conhecimento das regras concernentes às inscrições traçadas na pedra, no bronze, mármore ou cerâmica; a numismática, ciência das medalhas e das moedas; a sigilografia, ou estragística, conhecimento e descrição metódica dos selos apensos aos atos; a heráldica, ciência do brasão, das armas<sup>64</sup>.

Outros autores acrescentaram disciplinas como a bibliografia, a cartografia, a arqueologia, a papirologia, a genealogia etc. Isso significa que essa lista poderia alongar-se infinitamente, uma vez que as disciplinas auxiliares necessárias a um especialista da Antiguidade não são as mesmas de um medievalista ou um historiador da Idade Moderna, isto é, “cada historiador constitui para uso pessoal, sua lista de ciências auxiliares”<sup>65</sup>. O importante é saber que essas disciplinas são um recurso importante para o historiador, na medida que permitem criticar com segurança seu testemunho e apurar sua autenticidade ou falsidade.

Não caberia aqui explicar de que maneira cada uma delas é aplicada, mesmo porque o intento resultaria numa mera repetição do que muitos – bem mais capacitados, diga-se de passagem – já fizeram. José Honório Rodrigues, por exemplo, expôs cada uma delas, fornecendo suas origens, definições, e aplicações, enriquecendo admiravelmente suas explicações com diversos exemplos.

<sup>63</sup> MARROU, H. I. apud GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. p. 163

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 105

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 106

Ao tratar das “ferramentas” úteis ao historiador no processo de crítica do documento, José Honório Rodrigues, no livro *Teoria da história do Brasil*, destacou a importância da filologia, recorrendo ao conceito de Dilthey, que a define como sendo o “estudo científico das linguagens em que se propala a tradição, recompilação dos testemunhos humanos, depuração de erros, ordenação cronológica e combinação, que estabelecem uma relação interna entre esses testemunhos”<sup>66</sup>. Para Rodrigues, é esse estudo que possibilita a compreensão do texto pesquisado, é através do estudo filológico que o historiador pode identificar “incorreção da linguagem, [...] profusão de termos desconhecidos e empregados em sentido novo, pela ignorância da parte do autor de regras elementares de flexão e sintaxe, ou pela confusão das disposições de detalhes ou da própria frase [...]”<sup>67</sup>. A filologia possibilita ao historiador conhecer ainda expressões desconhecidas mesmo numa linguagem que ele conheça bem. Porém, o autor não a inclui no rol das ciências auxiliares, mas a reconhece como uma ciência “em si mesma [que] investiga a genuinidade dos documentos e a autenticidade dos testemunhos”<sup>68</sup>.

Esse autor chama a atenção, ainda, para as questões que o historiador deve buscar responder ao realizar a crítica histórica: “a) quando a fonte, escrita ou não, foi produzida (data); b) onde foi produzida (localização); c) por quem foi produzida (autoria); d) de que matéria preexistente foi produzida (análise); e) em que forma original foi produzida (integridade); f) qual é o valor da certeza do seu conteúdo (credibilidade)”<sup>69</sup>. De todas essas questões, apenas a última corresponde à crítica interna, logo, a crítica externa abrange todas as outras.

A divisão da crítica histórica em crítica externa e interna é uma maneira de simplificar uma explicação que renderia páginas e páginas. Essa classificação, segundo José Honório

<sup>66</sup> DILTHEY, Wilhelm apud RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*: introdução metodológica. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1978. p. 308

<sup>67</sup> Ibid.

<sup>68</sup> Ibid.

<sup>69</sup> CARRAGHAN, G.J. apud RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*. p. 313

Rodrigues, foi feita por Ernest Bernheim, em 1908. A crítica externa, ou crítica de erudição, subdivide-se em crítica de restituição, que é uma espécie de restauração que se faz em documentos que contém divergências ou contradições devido a sucessivas cópias e a crítica de procedência, que determina a origem, a data e a autoria da fonte em questão.

A crítica interna, por sua vez, passa pela interpretação – que segundo Glénisson é “a operação preliminar da crítica interna”, também chamada de hermenêutica. É através dela, e recorrendo à semântica e ao estudo de estilo, que se pode chegar a conhecer o vocabulário e, assim, o pensamento de homens de outros tempos. Ela também abrange a crítica de sinceridade, que verifica até que ponto se pode acreditar nas informações contidas no documento, se o autor mentiu por alguma razão ou falou sinceramente. Contudo, “não basta ser sincero para dizer a verdade. É preciso, ainda, que se seja exato”<sup>70</sup>. E é a crítica de exatidão, que irá estabelecer o grau de conhecimento que autor poderia ou não ter, se deformou, ainda que involuntariamente, ou não a verdade.

José Honório Rodrigues menciona um erro muito habitual que é a confusão que se faz entre crítica e interpretação, esclarecendo que uma crítica bem feita não é garantia de uma interpretação verdadeira. Nesse ponto ele utiliza o exemplo de dois historiadores, Varnhagen e Alexandre Herculano – por terem sido os pioneiros na historiografia brasileira e portuguesa respectivamente a utilizarem o “processo crítico de exame e análise das fontes históricas”<sup>71</sup> –, para demonstrar a diferença entre crítica e interpretação. Para tanto, afirma que o primeiro, apesar de comprovadamente capaz de utilizar, adequada e corretamente, as fontes históricas e criticá-las com eficiência, é freqüentemente acusado de não ser um bom intérprete devido a sua incapacidade de teorizar. Herculano, ao contrário, foi diversas vezes desafiado a demonstrar seus

<sup>70</sup> GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. p. 178

<sup>71</sup> RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*. p. 309

conhecimentos teóricos e o fez brilhantemente revelando-se “o maior historiador português na descoberta da verdade e na reconstituição do passado”<sup>72</sup>. E é exatamente de escritos de Alexandre Herculano que José Honório Rodrigues faz uso para demonstrar a importância da crítica histórica.

Todas essas etapas da pesquisa histórica são fundamentais. Contudo, tendo seguido todos os passos expostos acima, o historiador ainda não terá concluído sua tarefa, uma vez que

O trabalho do historiador não se esgota na procura, descoberta, exame e crítica do documento. Apurada a autenticidade e a veracidade deste, o historiador inicia uma tarefa muito mais complicada, mais difícil e mais refinada. Ele deve compreender a significação de todo aquele material colhido e criticado, para elaborar a síntese e escrever a narração. [...] O historiador não se pode limitar à pesquisa e ao exame crítico das fontes. Deve interpretá-las; deve extrair do texto histórico a plenitude da vida que foi e que permanece nas formas presentes<sup>73</sup>.

O método erudito praticado pelos alemães se instalou na França após a fundação da “Revista Histórica”, por Gabriel Monod, em 1876. Além desta revista, o principal meio de divulgação do método histórico alemão, foram os professores universitários que haviam estudado na Alemanha e ensinavam na França, como Monod, Seignobos e Lavissee. A “Escola Positivista Francesa” tinha por base os mesmos preceitos da “Escola Metódica Alemã”, cuja história era traduzida na França pela Revista Histórica e por alguns manuais de metodologia da história, dos quais o mais importante é *Introdução aos Estudos Históricos* de Langlois e Seignobos, que se tornou um símbolo da história positivista francesa. Este manual foi publicado em 1898 e logo nas primeiras páginas seus autores expuseram seus objetivos:

---

<sup>72</sup> RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*. p. 311

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 419

Propomo-nos a examinar as condições e os procedimentos e indicar o caráter e os limites do conhecimento histórico. Como chegamos a saber do passado o que é possível e o que importa saber? O que é um documento? Como tratar os documentos com vistas à obra histórica? Que são os fatos históricos? E como agrupá-los para construir a obra histórica?<sup>74</sup>.

Esse manual evidencia a preocupação com a crítica das fontes, a supervalorização do documento escrito e oficial e o interesse por fatos históricos. A afirmativa de Langlois e Seignobos de que “A História se faz com documentos [...] porque nada substitui os documentos: onde não há documentos não há história”<sup>75</sup>, deixa bem claro o modo como este manual expressou com fidelidade o ponto de vista dos historiadores tradicionais.

---

<sup>74</sup> LANGLOIS, Ch., SEIGNOBOS, Ch. apud REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. p. 17

<sup>75</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à história*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 46

#### 4 OS REIS TAUMATURGOS NA TRADIÇÃO DOS ANNALES

O livro *Os Reis Taumaturgos* foi publicado em 1924, isto é, cinco anos antes da fundação dos Annales. No entanto, as pesquisas de Bloch começaram em 1912, o que indica que as preocupações desse historiador em fazer um tipo de história diferente do que vinha sendo praticado até então é bem anterior à criação da revista.

No prefácio à edição de 1993, Jacques Le Goff procura dar um panorama do livro, mostrando como determinadas experiências do autor influenciaram sua obra. Assim, Le Goff inicia seu longo prefácio afirmando que três experiências foram fundamentais para Marc Bloch: A primeira foi o período em que foi pensionista na *Foundation Thiers*, por causa da aproximação, bastante profícua, com Louis Gernet e Marcel Granet, conforme mencionado anteriormente.

Outra experiência importante foi a da Guerra. Le Goff afirma que ao fazer anotações diárias sobre o que acontecia no campo de batalha, Bloch teve a oportunidade de conhecer a psicologia individual dos soldados e dos oficiais e a psicologia coletiva dos grupos guerreiros. Le Goff cita uma análise muito interessante de Carlo Ginzburg, na ele qual defende que a experiência da guerra foi importante para que Bloch escrevesse *Os Reis Taumaturgos* porque o autor teve a oportunidade de ver nos campos de batalha a “reconstrução de uma sociedade quase medieval, uma regressão a uma mentalidade ‘bárbara e irracional’”<sup>76</sup>. O próprio Bloch, afirmou que “para que um erro de uma testemunha torne-se o de muitos homens, para que uma observação malfeita se metamorfoseie em falso rumor, é preciso também que a situação da sociedade favoreça essa difusão [e que] a sociedade das trincheiras [foi um ambiente fecundo] para a formação dessas notícias falsas”<sup>77</sup>.

<sup>76</sup> LE GOFF, Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 12

<sup>77</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história*. p. 107

Bloch chegou inclusive a escrever um artigo intitulado *Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra*, publicado na Revista de Síntese Histórica em 1921, segundo o qual a censura desautorizava os materiais escritos que eram submetidos a seu exame repressivo, acarretando o renascimento “da tradição oral, mãe antiga das lendas e dos mitos”<sup>78</sup>. Deste modo, segundo Ginzburg, a Guerra ofereceu a Bloch um “meio de observar diretamente o passado medieval”. Esse é um exemplo de como Bloch empregou também aqui o já mencionado *método regressivo*, isto é, a concepção de que o passado pode ser melhor compreendido pelo presente, conforme Le Goff cita várias vezes tanto no prefácio desse livro quanto no prefácio de *Apologia da história*. Nesse livro, Bloch justifica a necessidade desse método afirmando que

a *démarche* natural de qualquer pesquisa é ir do mais ou do menos mal conhecido ao mais obscuro [e que] ao proceder, mecanicamente, de trás para frente, corre-se sempre o risco de perder tempo na busca das origens ou das causas dos fenômenos que, à luz da experiência, irão revelar-se, talvez, imaginários. Por ter se omitido de praticar, ali onde se impunha, um método prudentemente regressivo, os mais ilustres dentre nós às vezes se entregaram a estranhos erros<sup>79</sup>.

A terceira, última, e mais importante das experiências que favoreceram a escolha e a redação do estudo sobre o milagre régio foi o ambiente da Universidade de Estrasburgo, “terreno fértil” no qual nasceu a obra.

Dividindo o prefácio em várias partes, Le Goff vai expondo sua análise da obra, apontando suas falhas, mas alertando sempre para a importância de se olhar a obra “como Marc Bloch a concebeu e a escreveu” e sempre buscando inseri-la no “pensamento histórico e antropológico da sua época”, isto é, o início dos anos 20.

---

<sup>78</sup> LE GOFF. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 12

<sup>79</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história*. p. 67

Jacques Le Goff aponta as possíveis falhas do livro, mas alertando para o fato de que muito do que conhecemos hoje não era conhecido na época e que, por isso mesmo, alguns erros são facilmente justificáveis. Le Goff afirma que o que Marc Bloch pretendeu foi “escrever simultaneamente a história do milagre e a história da crença nesse milagre”. Para Bloch “o milagre existe a partir do momento em que se pode [...] acreditar nele” e desaparece justamente quando já não se pode mais acreditar nele. A sentença parece bastante óbvia, mas o que Bloch buscou foi entender que fatores levavam as pessoas daquele longo período a acreditarem na cura das escrófulas através do simples toque, e que fatores fizeram com que tal crença declinasse e deixasse de existir depois de tantos séculos. A questão para Marc Bloch não era apenas saber se o toque real era capaz de curar ou não, mas sim saber porque as pessoas acreditaram nisso e como se deu a manutenção dessa fé através de vários séculos. Em outras palavras, seu objetivo era saber em que ambiente favorável nasceu tal crença, que condições favoráveis geraram o surgimento do ritual. Seu intuito era examinar “minuciosamente as condições históricas dos tipos de sociedades sujeitas, como a do Ocidente medieval, a crer não no que se via na realidade, mas naquilo que, em uma certa época, ‘achava-se natural ver’”<sup>80</sup>.

Aqui se percebe claramente que o que Bloch almejava era fazer uma *história-problema*. Trata-se de uma história política sim, já que aborda um tema diretamente ligado ao poder dos reis, mas não mais de uma “história dos eventos” simplesmente. Sobre isso o próprio Marc Bloch escreve na introdução de seu livro que

Para compreender o que foram as monarquias de outrora, para sobretudo dar-se conta de sua longa dominação sobre os espíritos dos homens, não é suficiente apenas esclarecer até o último detalhe o mecanismo da organização administrativa, judiciária, financeira que essas monarquias impuseram a seus súditos; nem é suficiente analisar abstratamente [...]

---

<sup>80</sup> LE GOFF, Jacques. Prefácio. In. BLOCH, Marc. *Apologia da história*. p. 29

os conceitos de absolutismo ou de direito divino. É necessário também penetrar as crenças e fábulas que floresceram em torno das casas principescas<sup>81</sup>.

Na tentativa de explicar tal fenômeno, “tanto no que diz respeito a sua duração quanto à sua evolução”, Bloch apresenta dois grandes campos dos *Annales*: a *história total* e a *longa duração*, embora esses termos só tenham se tomado correntes com o advento da Segunda Geração dos *Annales*, com Fernand Braudel, que inclusive escreveu em 1958 um artigo sobre a *longa duração*.

Ao tratar da preocupação de Marc Bloch em encontrar a origem do ritual do toque régio, Le Goff afirma que parece paradoxal que Bloch tenha tido essa preocupação, uma vez que foi o primeiro a se manifestar contra o “culto ao ídolo das origens”. Em seu *Apologia da história*, Bloch chama a atenção para o fato de que a preocupação excessiva com as origens pode comprometer seriamente um trabalho científico, uma vez que é muito fácil confundir origem com causas e/ou achar que estudo das origens “basta para explicar”<sup>82</sup> o que se quer estudar.

Segundo Le Goff, é justamente essa parte que trata das origens que deve hoje ser revisada, pois os conhecimentos que os historiadores atuais possuem permitem ver que a atribuição feita por Bloch ao início do toque das escrófulas ao século XI, está possivelmente equivocada. Nessa parte Le Goff apresenta uma longa explanação para demonstrar que seria muito mais conveniente fixar essa origem no XIII. Para chegar a essa conclusão, Le Goff analisou, à luz dos conhecimentos atuais sobre as epidemias da Idade Média, uma carta de um clérigo, Pierre de Blois, na qual ele afirmava que Henrique II teria acabado, através do toque, com uma epidemia de peste negra. Esta carta é citada no livro por Bloch como uma das fontes que o fez chegar à

<sup>81</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 44

<sup>82</sup> Id. *Apologia da história*. p. 56

conclusão de que a origem cronológica do toque régio teria começado na Inglaterra, com de Henrique II, no século XII.

Pode-se dizer, porém, que apesar de ter tido uma preocupação de situar no tempo o momento em que os rituais de cura da escrófula começaram a ser praticados na França e na Inglaterra, Bloch não teve a intenção de apenas com isso explicar o que se propôs estudar, isto é, a origem do toque não é o problema que Bloch busca responder com sua pesquisa. Na parte do livro em que trata das origens do rito do toque, aponta duas questões fundamentais que buscava responder: A primeira era “correlacionar o milagre régio ao conjunto de idéias e crenças de que o milagre foi uma das manifestações mais características”; a segunda era “entender as razões pelas quais o rito curativo, derivado de um movimento de pensamentos e sentimentos comuns a toda uma parte da Europa, surgiu em um determinado momento e não em outro, na França e na Inglaterra e não em outro em outro lugar”<sup>83</sup>.

Embora Bloch tivesse uma admiração especial pela erudição e uma grande preocupação com a crítica das fontes, não compartilhava da crença de que o documento, por ser rigorosamente criticado, seria fonte de verdade.

Para Bloch, o historiador podia utilizar uma gama mais ampla de documentos que o estoque limitado de documentos escritos; ele deveria “recorrer a outros materiais: arqueológicos, artísticos, numismáticos, exame de crônicas, cartas, estudo de nomes dos locais etc.”<sup>84</sup>. Essa valorização de tipos diferentes de fontes pode ser constatada na obra aqui tratada. O próprio autor afirma que as fontes que utilizou para compor sua obra foram as mais diversas: “cartas privadas, editos régios, livros de contas, peças administrativas de todas as categorias, literatura narrativa, escritos políticos ou teológicos, tratados médicos, textos litúrgicos, monumentos figurados e até

<sup>83</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 68

<sup>84</sup> BOURDÉ, Guy, MATIN, Hervé. *As escolas históricas*. p. 125

mesmo um baralho foi utilizado como fonte”<sup>85</sup>. Aqui se pode estabelecer facilmente a diferença, no que diz respeito às fontes, entre a história produzida por Bloch, mesmo antes do advento dos *Annales* com suas propostas de inovação, e a história produzida pela historiografia tradicional.

A maneira como Bloch tratou essas fontes também merece ser mencionada. Os livros de contas, isto é, os registros da contabilidade real, por exemplo, Bloch utilizou-os para medir a popularidade dos reis em determinadas épocas. Esses documentos traziam o registro das doações feitas pelos reis às pessoas que vinham procurá-lo para receber o toque milagroso e, portanto, permitiam saber quantas pessoas haviam recorrido ao toque régio num período determinado, geralmente o período de um ano. Bloch tomava o cuidado de verificar se nos períodos em que constatava uma popularidade mais baixa, se menos pessoas haviam buscado a cura através do toque realmente, ou se tratava de um período de guerra, de festa ou de viagem do rei.

No decorrer da leitura percebe-se que Bloch dialoga o tempo todo com outras disciplinas. Na parte em que trata do caráter sagrado dos monarcas, ele menciona uma obra do antropólogo James Frazer, que faz comparações entre o poder sagrado de certos reis da Polinésia, que seriam capazes tanto de disseminar quanto curar determinadas doenças, com o caráter sagrado atribuído aos reis da França e da Inglaterra, afirmando, inclusive, que talvez essa fosse a explicação para que a escrófula fosse chamada também de “mal dos reis”.

Num determinado momento de sua pesquisa, Bloch sentiu a necessidade de mostrar que na França do Antigo Regime não só os reis eram tidos como capazes de curar as escrófulas: também a um santo – São Marcoul – e aos sétimos filhos era atribuído esse poder. O interessante aqui é perceber como Bloch analisa esse fenômeno. Ele afirma que o poder atribuído a São Marcoul relacionava-se à crença geral nas “virtudes miraculosas e na intercessão dos santos”; no caso dos reis tinha a ver com o conceito de realeza sagrada, que o autor analisa minuciosamente

---

<sup>85</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 46

no início da obra e, por fim, no caso dos sétimos filhos tratava-se de “especulações pagãs” sobre os números. O que Bloch analisa aqui é como a *consciência popular* aproximou e misturou esses elementos. Parece-me correto afirmar que aqui, embora Bloch não utilize muito esse termo, ele faz um verdadeiro estudo das *mentalidades* ou da *psicologia coletiva*, que ele menciona mais freqüentemente nesse livro.

Dessa forma, no decorrer da leitura é possível encontrar, antecipadamente, abordagens e métodos pregados pelo próprio Bloch e outros historiadores dos Annales. Vemos, por exemplo, o autor recorrer à *história comparativa*, quando aborda o ritual do toque régio na França e na Inglaterra, estabelecendo as diferenças existentes nos dois lugares e Bloch diz porque isso ocorre: “Por força das próprias circunstâncias, este ensaio de história política precisou tomar a forma de um ensaio de história comparada, tanto porque a França e a Inglaterra tiveram ambas reis médicos quanto porque a idéia da realeza maravilhosa e sagrada foi comum a toda a Europa ocidental”<sup>86</sup>; identificamos a utilização do *método quantitativo*, quando utiliza registros da contabilidade real para medir a popularidade dos reis em determinadas épocas. Percebe-se ainda a valorização da interdisciplinaridade quando o autor dialoga com outras disciplinas, sobretudo com a Antropologia. Bloch procurou sempre trazer para a historiografia preocupações novas, que na época foram bastante criticadas, como revela Jacques Le Goff, na parte do prefácio em que trata da recepção de *Os Reis Taumaturgos*.

No decorrer do livro, Marc Bloch expôs os tipos de fontes às quais recorreu, os problemas que formulou, o tratamento que lhes conferiu, seus limites, sua interpretação e os caminhos que percorreu para chegar às suas conclusões.

No capítulo em que trata da realeza sagrada, por exemplo, recorreu a fontes da época, isto é, textos produzidos a partir do surgimento do rito do toque na França, que revelavam a

---

<sup>86</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 45

discordância acerca do caráter sobrenatural concedido pela unção. A leitura desse capítulo nos mostra de forma clara a interpretação admirável que Marc Bloch faz de suas fontes: os documentos aos quais recorreu para demonstrar que, num determinado momento, os reis da França e da Inglaterra passaram a reivindicar o caráter sacerdotal concedido pela unção, são justamente documentos que negam a equivalência entre reis e sacerdotes, são escritos de clérigos que negavam que a unção conferisse aos reis prerrogativas sacerdotais.

Ao tratar da popularidade do toque das escrófulas, Bloch faz um estudo comparativo entre a França e a Inglaterra, elaborando, em todos os pontos abordados, uma análise paralela do que ocorria nos dois países. Também foi nesse ponto que o autor recorreu às contas régias, que traziam o registro das doações feitas pelos monarcas. Aqui a obra de Bloch reforça o estudo comparativo que ele empreende em toda a sua pesquisa e traz uma inovação que é a utilização dos dados quantitativos para medir a popularidade desses reis taumaturgos.

Entretanto, Bloch reconhecia os limites desse tipo de fonte e admitia que seu estudo precisava estar associado ao exame de outros documentos. Isso porque um número baixo de doações poderia significar que o rei estava em guerra, doente ou em viagem, isto é, impedido de alguma forma de realizar o toque. Ou, ainda, o período pesquisado poderia coincidir com períodos de festa na corte, de epidemias etc. Assim, períodos de poucas doações não significavam necessariamente períodos de baixa popularidade do rei.

Buscando os primórdios do toque das escrófulas nos dois países estudados, o autor faz questão de apresentar as fontes nas quais se baseou para estabelecer a origem do toque francês no século XI. Nesse ponto se percebe claramente a preocupação do autor com o tratamento das fontes e sua responsabilidade com a crítica dos documentos. É interessante observar a extrema preocupação de Bloch em apresentar os fragmentos dos textos que utilizou, seguidos de sua

análise e interpretação. Além disso, todos os documentos pesquisados são listados no final do livro, com as devidas referências e a apresentação do trecho original, na língua em que foram escritos. Os apêndices também trazem explicações detalhadas de como Bloch tratou suas fontes. Ele começa apresentando uma longa explicação sobre como consultou e interpretou as contas francesas e inglesas e como essas fontes ajudaram a compor seu estudo; em seguida apresenta um “dossiê iconográfico”, isto é uma lista comentada da documentação iconográfica que reuniu; no final, aparecem ainda as “adições e retificações”, onde Bloch procura acrescentar algumas informações e corrigir pequenos erros que aparecem dentro do livro. A erudição de Bloch fica evidente nessa parte de sua obra. Parece que aqui ele procurou seguir o que ele mesmo chamou de “conselho de probidade” de Ranke.

Jacques Le Goff, ao escrever sobre o capítulo dedicado aos primórdios do toque das escrófulas, afirmou que a preocupação com as origens suscita vários problemas, entre eles, o das fontes. Afirma que, com o passar do tempo, novos documentos podem surgir e ocupar o lugar de outros conhecidos anteriormente e que a utilização de novas técnicas podem fazer surgir novos pontos de vista “dando novos sentidos ao documento antigo, inclusive no âmbito da literalidade e da historicidade”<sup>87</sup>.

Foi exatamente o que aconteceu com os documentos utilizados por Bloch para encontrar os primórdios do rito. Embora não se possa esquecer o tratamento exemplar que Bloch dedicou às suas fontes e que suas críticas foram feitas com base nos conhecimentos de sua época, hoje se sabe que tais documentos não são provas irrefutáveis das origens do rito. Analisadas à luz dos conhecimentos atuais, essas fontes apresentam falhas que Bloch talvez não pudesse reconhecer.

Como quem estivesse prevendo as críticas que sofreria mais tarde, Bloch afirmou, num determinado ponto de sua narrativa, que sabia os riscos que corria atribuindo a Filipe I e Henrique

---

<sup>87</sup> LE GOFF, Jaques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 18

II o pioneirismo do rito. Essa, contudo, foi a conclusão que lhe permitiram chegar as provas documentais que conseguiu reunir ao longo de sua pesquisa.

Nos prefácios e na introdução de *Os reis taumaturgos*, Marc Bloch revelou alguns problemas enfrentados ao longo de sua pesquisa, como a dispersão e a enorme diversidade das fontes e a “complexidades dos problemas” que se propôs analisar, destacando a falta de interesse dos eruditos em organizar e catalogar fontes que não fossem de natureza oficial, como era comum em sua época. Como se sabe, os documentos de origem oficial durante muito tempo foram consideradas as principais fontes às quais o historiador poderia recorrer com segurança. Essa herança de Ranke, acabou por fazer com que fontes de natureza diversa, como as que dão testemunho dos ritos e crenças, fossem negligenciadas, dificultando em grande medida o trabalho do historiador disposto a percorrer novos caminhos para elaborar seus estudos.

Alguns termos aparecem com frequência ao longo desse trabalho, e sobretudo nessa parte da pesquisa, como *história total*, *longa duração*, *história problema* etc. Diante da impossibilidade de discutir tantos conceitos em todos os seus pormenores dentro de um trabalho de dimensões tão restritas, optamos por apresentar algumas considerações sobre os termos através dos quais *Os reis taumaturgos* é frequentemente identificado e que, com o correr do tempo, tornaram-se tão presentes no vocabulário dos historiadores dos Annales.

Com a expressão *história total* – anseio de Bloch e Febvre e que continua sendo atualmente o desejo da *história novas* – pode-se entender, segundo Jacques Le Goff, a “proposta de uma ciência histórica que não mutile a vida das sociedades e que não eleve entre os diferentes pontos de vista sobre o devir dos homens as barreiras de subdisciplinas – história política, história diplomática, história militar, história econômica e, inclusive a despeito de sua extensibilidade,

história social ou cultural”<sup>88</sup>, isto é, uma história que dê conta de todos os aspectos da vida do homem e que não seja confundida com uma história preocupada com o estudo de determinado fato desde sua origem, mas “um estudo que combina a ecologia, a demografia, a economia, a sociologia, no âmbito de um procedimento histórico que transgride as fronteiras das disciplinas”<sup>89</sup>. Le Goff afirma que a *história total* é o objetivo dos historiadores, mas que ela ainda está por ser feita. Esse historiador também afirma que “Toda forma de história nova – ou que se faz passar por nova – e que se coloca sob a bandeira de uma etiqueta aparentemente parcial ou setorial [...] é, na verdade, uma tentativa de história total”<sup>90</sup>.

É o que ocorre com esse trabalho de Marc Bloch: ao buscar compreender o que foram as monarquias francesas e inglesas do século XI ao XVIII, o autor empreendeu um estudo inovador, na medida em que não se ateve ao exame de documentos oficiais somente, não se encastelou nas muralhas de sua própria disciplina, recorrendo freqüentemente às disciplinas vizinhas para explicar a mentalidade do homem daquela época. Claro está que para se afirmar que *Os reis taumaturgos* é um exemplo de *história total*, seria necessário demonstrar que esse estudo deu conta de todos, ou quase todos, os aspectos da vida daqueles homens, o que de fato não ocorreu. Mas pode-se afirmar seguramente que se trata, sim, de uma tentativa, já que Bloch buscou apreender vários desses aspectos.

A *longa duração*, por sua vez, exige uma exposição um pouco mais demorada. Foi Fernand Braudel, num artigo publicado em 1958, na revista dos *Annales*, quem apresentou a importância da *história de longa duração* e os limites dos estudos do tempo curto, dos acontecimentos ou, como ele preferia chamar, “da história ocorrencial”. Esse historiador que, em 1949, quando publicou seu *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*,

<sup>88</sup> LE GOFF, Jacques. *A história nova*. p. 18

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 19

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 28

expôs um tempo tripartido e atribuiu a cada uma de suas partes escalas de importância diferentes, nove anos mais tarde, respondendo a críticas advindas da Antropologia, dedicou à *longa duração* várias páginas com o intuito de demonstrar as possibilidades de explicação que esse tipo de estudo, se bem empregado, poderia oferecer.

Sabe-se que Braudel não foi o primeiro a perceber as limitações “do tempo histórico tradicional”<sup>91</sup> e a identificar uma pluralidade do tempo histórico. Antes dele Marx já havia feito essa constatação. Todavia, foi com Braudel que o termo se generalizou: foi esse historiador quem conseguiu demonstrar eficientemente que “uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem”<sup>92</sup>.

Assim, é a partir da Segunda Geração dos Annales que se começa a distinguir o tempo curto, o oposto da *longa duração*, que Braudel identifica como o tempo da “história tradicional [que] atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, habituou-nos há muito tempo à sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto”<sup>93</sup>; o tempo médio, das conjunturas, que permite “observar o passado por largas fatias: dez, vinte ou cinquenta anos”<sup>94</sup>, necessário sobretudo quando se pretende analisar “uma curva dos preços, uma progressão demográfica, o movimento dos salários, as variações da taxa de juro, o estudo [...] da produção [...]”<sup>95</sup>; e a *longa duração*, o tempo longo, imprescindível porque, apesar de eficiente para alguns estudos, o tempo médio não permite determinar “o avanço das ciências, as técnicas, as instituições políticas, as ferramentas mentais, as civilizações [que] têm [...] seu ritmo de vida e de crescimento”<sup>96</sup> ou, nas palavras de Krzysztof Pomian, a *longa duração* é “o caminho para os historiadores enveredarem numa

<sup>91</sup> BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. p. 47

<sup>92</sup> *Ibid.*, p. 43

<sup>93</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>94</sup> *Ibid.*

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 47

<sup>96</sup> *Ibid.*

pesquisa sobre os mecanismos subjacentes às flutuações conjunturais, a fim de elucidarem as causas que as provocam”<sup>97</sup>.

Como se pode ver, a *longa duração*, cuja noção é apresentada pioneiramente pelos marxistas e ampliada por Braudel, surge como um instrumento da história econômica, mas é também eficaz para a compreensão das *mentalidades*. Aliás, se considerarmos que a mentalidade diz respeito àquilo que muda mais lentamente na história, perceberemos que o estudo de *longa duração* é praticamente uma exigência desse tipo de abordagem. E é exatamente por isso que *Os reis taumaturgos* é citado muitas vezes como um exemplo de *história de longa duração*.

Trinta e quatro anos antes do artigo de Braudel, Marc Bloch já compreendia que para apreender as mudanças lentas das mentalidades, seria necessário fazer uma pesquisa que abrangesse vários séculos e que só assim seria possível captar as oscilações da fé no poder de cura atribuído aos reis; somente demarcando o momento do surgimento do rito do toque das escrófulas, observando sua evolução e suas modificações através do tempo, seria possível entender como se sustentou essa fé por tão longo período.

Desse modo, explicar o porquê desse livro de Bloch ser um exemplo de *história de longa duração* exige que se compreenda um conceito formulado posteriormente, para só então demonstrar como ele aparece na obra como mais um aspecto inovador que o livro de Bloch antecipou.

Michel Vovelle, vinte anos após o artigo de Braudel, também publicou um ensaio no dicionário *A história nova* sobre a *longa duração*. Como não poderia deixar de ser, ele inicia seu texto remetendo ao famoso artigo do autor de *O Mediterrâneo*, explicando como a *longa duração* serviu eficientemente à história econômica e social, mas também dedica várias páginas a

---

<sup>97</sup> POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. p. 108.

demonstrar o porquê de muitos, inclusive Braudel, entenderem que as *mentalidades* são “o campo privilegiado da longa duração”.

Tanto Braudel quanto Vovelle são historiadores ligados à história econômica. O primeiro, como se sabe, formulou o conceito de *longa duração* concebendo-o como instrumento indispensável à história econômica e social e fez da Segunda Geração dos Annales, período em que presidiu a revista, uma fase de produções historiográficas predominantemente econômicas. O segundo, por sua vez, admite-se um historiador das *mentalidades*, mas sem renegar sua formação marxista. Sem dúvida é por isso que o artigo de Braudel e o ensaio de Vovelle revelam como o campo da história econômica gerou, empregou e ampliou esse conceito. A diferença surge quando se trata das *mentalidades*. Braudel menciona esse tipo de abordagem, mas é Vovelle quem discute mais demoradamente esse aspecto afirmando que “uma das mutações recentes que contribuíram, de forma mais direta, para atrair a nova história social para o tempo longo foi, sem dúvida, o caminho que a levou, cada vez mais nitidamente, em direção à história das *mentalidades*”<sup>98</sup>.

O termo *longa duração*, por seu turno, nos remete a um outro que também mais tarde passou a constituir um campo específico da história: as *estruturas*. Para Braudel

[...] a palavra *estrutura* [...] domina os problemas de longa duração. Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tomam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas a se esfarelar. Mas todas são ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Obstáculos, assinalam-se como limites [...] dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se [como] certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo, estas ou aquelas coerções espirituais: os quadros mentais também são prisões de longa duração<sup>99</sup>.

<sup>98</sup> VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. p. 73

<sup>99</sup> BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. p. 49-50

Nesse ponto é importante ressaltar a maneira como Marc Bloch percebia claramente a diferença entre as mudanças superficiais acarretadas pelos acontecimentos e as mudanças lentas das estruturas. Ao tratar do “milagre régio no tempo da lutas religiosas e do absolutismo”, Bloch reconheceu que o protestantismo na Inglaterra esteve fortemente ligado ao enfraquecimento do rito do toque e que na França o fim do rito coincidiu com o advento da Revolução. Mas esse historiador sabia que “o fundamental não está nesses acontecimentos, por mais importantes que sejam. Um fenômeno histórico, sobretudo uma crença, um fato mental, raramente é assassinado. Morre mais ou menos lentamente, seguindo o ritmo da mudança tanto de mentalidade quanto das condições em que essa mentalidade apareceu”<sup>100</sup>.

Num texto intitulado *A história das estruturas*, também publicado em *A história nova*, Krzysztof Pomian retoma esse trecho do artigo de Braudel para esclarecer que ele representa uma resposta à recusa da Antropologia estrutural, de Lévi-Strauss, em conceder “à história o direito de se autodefinir enquanto ciência social”<sup>101</sup>. Esse autor afirma que essa contenda já foi superada e que para compreender a história estrutural vale mais partir para uma análise das obras que das declarações de princípio<sup>102</sup>. E é exatamente o que ele faz: escolhe alguns livros, exemplos de história estrutural, para demonstrar “o caminho que levou os historiadores a abandonarem os acontecimentos em favor das estruturas”<sup>103</sup>. Pomian define a história estrutural como aquela que “poderíamos chamar de interna e que, devido a estabilidade da própria estrutura, se caracteriza por uma grande lentidão, por uma quase imobilidade”<sup>104</sup>. Mas adverte que algumas estruturas têm uma evolução rápida e que, por isso, não se deve esquecer que cada uma delas têm “seu próprio

---

<sup>100</sup> LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 26

<sup>101</sup> POMIAN, Krzysztof. *A história das estruturas*. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. p. 97

<sup>102</sup> Ibid. p. 98

<sup>103</sup> Ibid.

<sup>104</sup> Ibid., p. 100

ritmo” e que em cada caso são fatores diversos que estão em jogo. Ele também atribui essa mudança de enfoque ao

[...] novo questionário dos historiadores – que se elabora, ao mesmo tempo que se vai transformando – [...] [que] incita-os a se interessarem prioritariamente pelo que se repete, pelo que retorna de forma periódica, até mesmo pelo que permanece constante, ou quase durante um longo intervalo temporal [grifo do autor]. Assim, o olhar se desloca do excepcional para o regular, do extraordinário para o cotidiano, de fatos singulares para os que aparecem em massa. Compreende-se facilmente que esse deslocamento do olhar tenha se manifestado num certo desinteresse, ainda que diferente conforme os casos, para com a história política – onde os acontecimentos se alinham um após o outro, como as contas de um rosário – e numa promoção da história econômica e social [grifo do autor], sobretudo da história dos preços [grifo do autor], que, entre as duas guerras, torna-se um domínio de ponta<sup>105</sup>.

É ao *Mediterrâneo*, de Braudel, que Pomian recorre para dar um exemplo de uma tentativa eficiente de uma *história total ou global*, já que além de econômica e social “a história braudeliiana [...] é também geográfica, demográfica, cultural, política, religiosa, militar...”<sup>106</sup>. Esse livro é também utilizado para ajudar a definir os conceitos de estrutura e conjuntura:

A estrutura ou, antes, as estruturas – porque, na linguagem dos historiadores, essa palavra só existe no plural – são fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômicos, sociais, políticos, culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante um longo período ou que só evoluem de maneira quase imperceptível. A conjuntura são as flutuações de amplitudes diversas que se manifestam nesse contexto. Em outras palavras, a estrutura é definida implicitamente enquanto conjunto de injunções, de limites ou de barreiras, que impedem que as diferenças variáveis, cujas flutuações consistem a conjuntura, se elevem acima de certo teto. As mudanças de estrutura, que consistem em inovações que possibilitam transcender as antigas injunções, têm um caráter de transformações qualitativas, de rupturas de continuidade. O tempo das estruturas é lentíssimo, quase imóvel; a rigor, poderíamos dizer que, dentro de cada tipo de estrutura, ele é quase estacionário. Entretanto, quando se comparam as estruturas que se sucedem, vê-se que é nesse nível que se situam as transformações irreversíveis: as mutações que transformam um tipo de estrutura em outro<sup>107</sup>.

<sup>105</sup> POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. p. 106.

<sup>106</sup> Ibid., p. 108.

<sup>107</sup> Ibid., p. 113.

Essa *história estrutural*, que está intimamente ligada à *longa duração*, também abarca o campo das *mentalidades*, que segundo Vovelle é o campo privilegiado da *longa duração*, conforme mencionado anteriormente. Pois bem, é também ao analisar as *estruturas* que o historiador aproxima-se do antropólogo. O livro de Marc Bloch, como já foi dito, é um dos primeiros exemplos de *história das mentalidades* e de *antropologia histórica*. Esses dois territórios da história estão interligados, são ainda mal definidos ou não possuem definições fixas e aceitas universalmente. O objetivo do capítulo que segue é exatamente demonstrar como o objeto dessa pesquisa desenrola-se nesses dois campos.

## 5 MENTALIDADES E ANTROPOLOGIA HISTÓRICA EM *OS REIS TAUMATURGOS*

Uma das principais inovações que *Os reis taumaturgos* apresentou foi o estudo das *mentalidades* empreendido por seu autor. Todavia, antes de tentar compreender o que é '*história das mentalidades* é importante conhecer o movimento dos *Annales* com as suas permanências e também as transformações que sofreu ao longo de sua evolução. Assim, estudar esse movimento requer que se tenha bem claro que se “a história das sociedades evolui [...] a maneira de pensar a história também”<sup>108</sup> e que “o imobilismo, o oposto da história, não é uma fidelidade, mas sim uma impotência”<sup>109</sup>. Essa foi a defesa de Jaques Le Goff contra a crítica de que os historiadores dos *Annales* tendem a impor e acompanhar modismos. Lucien Febvre, anos antes, também se defendeu de acusações desse tipo afirmando que as mudanças são necessárias porque tudo muda: o tempo, o homem, o mundo.

Justamente por causa dessas mudanças é que o movimento dos *Annales* se divide em três fases, a primeira correspondendo à geração de Marc Bloch e Lucien Febvre, os fundadores da revista, caracterizando-se por reunir um pequeno grupo de intelectuais, cujas principais aspirações eram conduzir uma guerra contra a história tradicional, promover o intercâmbio entre as disciplinas, isto é, a interdisciplinaridade, e redirecionar o enfoque do historiador, desatando-o do aspecto político e voltando a atenção para a atividade econômica, a organização social e a psicologia coletiva. Assim, essa geração, dominada pelos “pais fundadores”, é geralmente caracterizada pela reação contra a história política e factual dominante na época, pela luta por uma aproximação entre as ciências humanas, isto é, a busca pela interdisciplinaridade, que Febvre chamou também de “investigação coletiva”, e pelo apelo por uma história total. Foram também os

---

<sup>108</sup> LE GOFF, Jaques. *A história nova*. p. 04

<sup>109</sup> Ibid.

fundadores que, a partir de então, passaram a defender a exploração de novos documentos e a descoberta de novos domínios como ações fundamentais para a produção historiográfica.

Vários nomes são freqüentemente mencionados como fortes influências exercidas sobre os pais fundadores. Entre eles se destacam o do geógrafo Paul Vidal de La Blache, o antropólogo Lucien Levy-Bruhl e o sociólogo Émile Durkheim. Esses nomes, porém, não estão ligados diretamente aos *Annales*, mas aparecem como influências importantes na formação de Bloch e Febvre. Esses últimos, como não poderia deixar de ser, são mencionados como os principais historiadores dessa fase. Seus livros são apresentados como os primeiros exemplos de *história das mentalidades*, de estudos de *longa duração*, de *geo-história*, de *antropologia histórica* etc.

Assim como a criação da Revista dos *Annales* em 1929 ocorreu, entre outras coisas, como uma reação às críticas advindas da sociologia, conforme exposto anteriormente, também na segunda geração dos *Annales*, os historiadores tiveram um novo desafio a responder. Dessa vez, porém, o desafio veio da Antropologia, através de um artigo de Claude Lévi-Strauss intitulado *história e etnologia*, no qual o antropólogo acusou a história de insistir em manter-se presa ao seu velho programa, apesar das críticas advindas da sociologia. O objetivo de Lévi-Strauss não era diferente daquele de François Simiand. Da mesma forma que o sociólogo, o antropólogo pretendia conquistar um lugar hegemônico para sua disciplina e para isso atacou sua principal concorrente, a história, afirmando que não entendia porque a história tinha um papel privilegiado entre as disciplinas, uma vez que sua função restringia-se ao simples relato dos acontecimentos e que, por ter que selecionar épocas, grupos e regiões, os historiadores jamais conquistariam uma globalidade significativa. Mais uma vez o intento não obteve êxito, uma vez que os historiadores dos *Annales* reagiram, a exemplo de Bloch e Febvre, absorvendo a contribuição antropológica em seu próprio proveito. Dessa vez foi Braudel quem respondeu à crítica publicando um artigo na

revista dos Annales sob o título *História e ciências sociais. A longa duração*, do qual se tratou no capítulo anterior.

François Dosse afirma que a história de Braudel pretendia ser uma síntese, como a antropologia, “mas com a superioridade conferida pelo pensar espaço-tempo”<sup>110</sup>. Assim, para Braudel, somente a história era capaz de unificar todas as abordagens do homem, assumindo um papel central.

Nesse período a direção dos Annales estava sob o comando de Braudel. Peter Burke afirma, no livro *A Escola dos Annales*, que a maior influência de Braudel foi o historiador Henri Pirenne; talvez por isso Braudel, apesar de ser discípulo direto de Lucien Febvre, tenha relegado à *história das mentalidades* um lugar secundário, privilegiando o aspecto econômico e social e o período moderno. Foi nessa segunda geração dos Annales que surgiram as monografias regionais, ocorrendo a expansão da demografia histórica baseada na utilização de dados quantitativos e nos progressos da estatística. Diferentemente da primeira geração, cujos trabalhos mais mencionados são os dos “pais fundadores”, essa segunda fase apresenta um número maior de nomes e trabalhos importantes.

Embora *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, de Braudel, seja citado como a principal obra dessa geração, muitos outros historiadores são mencionados, como Jean Meuvret e Ernest Labrousse que, segundo Peter Burke, apesar da pequena produção histórica, tiveram uma enorme importância para o movimento dos Annales. Esse último orientou, junto com Braudel, a maioria dos estudos regionais produzidos pelos historiadores dessa geração. Mais importante do que listar os nomes e obras importantes dessa época é deixar claro que uma das maiores contribuições de Braudel nesse período foi a tripartição do tempo histórico em tempo

---

<sup>110</sup> DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001. p. 159.

curto ou do acontecimento, tempo médio ou conjuntural e longa duração, conforme exposto anteriormente. Embora essa pluralização dos tempos não seja original, uma vez que Marx já havia detectado evoluções mais lentas e outras mais rápidas, ela traz um conceito que se tornou fundamental para os historiadores dos Annales: a *longa duração*, abordada no capítulo anterior.

A terceira geração dos Annales inicia-se, segundo Peter Burke, com a saída de Braudel da presidência da revista em 1972. Porém, alguns autores afirmam que as mudanças significativas começaram em 1969, quando a revista passou a ser dirigida por um colegiado do qual Braudel também fazia parte ao lado de Marc Ferro, Jacques Revel, André Burguière, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. Peter Burke defende “que é mais difícil traçar o perfil da terceira geração do que das duas anteriores” Isto ocorre porque ninguém neste período dominou como Febvre dominou a primeira fase e Braudel, a segunda. Essa dificuldade advém, segundo François Dosse, de uma fragmentação existente no período da terceira geração dos Annales.

É nessa fase que alguns historiadores optaram por resgatar o projeto de Febvre e Bloch ao incorporar à história temas como a infância, do sonho, do corpo etc.; outros ressuscitaram a história política e dos eventos. Peter Burke também destaca que foi nessa fase que houve a inclusão de historiadoras, como “Christiane Klapish, que trabalhou sobre a história da família na Toscana durante a Idade Média e o Renascimento; Arlette Farge, que estudou o mundo social de Paris no século XVIII; Mona Ozouf, autora de um estudo [...] sobre os festivais durante a Revolução Francesa; e Michèle Perrot, que escreveu sobre a história do trabalho e a história da mulher”<sup>111</sup>. É também Peter Burke quem apresenta uma outra característica importante dessa geração:

---

<sup>111</sup> BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. p. 79-80

Esta geração [...] é a mais aberta às idéias vindas do exterior. Muitos dos seus membros viveram um ano ou mais nos Estados Unidos [...]. Diferentemente de Braudel, falam e escrevem em inglês. Por diferentes caminhos, tentaram fazer uma síntese entre a tradição dos Annales e as tendências intelectuais americanas – como a psico-história, a nova história econômica, a história da cultura popular, a antropologia simbólica, etc. [...] [Assim nessa fase] o centro de gravidade do pensamento histórico [...] não está mais em Paris, como seguramente esteve nos anos 30 e 60<sup>112</sup>.

Na geração de Braudel, como vimos, o enfoque era a história econômica. Foi somente a partir da década de 1960, que começou a ressurgir o interesse pela história cultural. Foi nessa época, que coincide com o advento da terceira geração dos Annales, que começaram a surgir estudos como os de Philippe Ariès sobre a morte e a infância e como o *Montaillou* de Emmanuel Le Roy Ladurie, classificados como *história das mentalidades*.

Exposta dessa forma fica a impressão de que o movimento foi marcado por rupturas rigorosas, que após uma primeira geração preocupada em instituir uma *história-problema*, uma *história-total*, voltada não para a narrativa dos grandes acontecimentos e de seus protagonistas mais ilustres, mas para a tentativa de conhecer o pensamento e sentimento da coletividade – o que hoje se convencionou chamar de estudo das *mentalidades* – passou-se para uma segunda geração, voltada para as preocupações com o econômico que, por sua vez, teria sido completamente abandonado pelos historiadores da terceira geração, que voltaram a preocupar-se com as *mentalidades*, com o retorno da narrativa, da história política etc., abrindo novos campos para o historiador e renunciando definitivamente ao estudo do aspecto econômico tão valorizado por Braudel. Dessa forma, parece que o movimento foi marcado por reações contra a história dos eventos dos historiadores positivistas, o determinismo econômico de Marx, depois contra a história econômica de Braudel e assim por diante.

---

<sup>112</sup> BURKE, Peter. *A escola dos Annales* p. 80

Entretanto, um estudo mais atencioso do tema revela que essas rupturas jamais existiram de forma tão profunda. No decorrer de seu percurso, os Annales sempre abrigaram historiadores que, mesmo contemporâneos de uma determinada fase, não relegaram o que aprenderam com historiadores de gerações anteriores. Da mesma forma, o surgimento dos Annales não deve ser visto como a renúncia total aos preceitos marxistas. Os historiadores dos Annales fizeram e fazem críticas relevantes ao pensamento de Marx, mas formulam seu próprio pensamento muitas vezes fundamentando-se nos preceitos marxistas. Isso fica mais claro quando procuramos compreender o que é *mentalidade*, o que os historiadores desse tipo de abordagem procuram explicar com suas pesquisas.

Praticamente todos os teóricos que tratam do assunto sentem-se obrigados a fazer um estudo paralelo do conceito de *ideologia* formulado pelos marxistas, para explicar as *mentalidades*. Comparação empreendida por Michel Vovelle, em seu livro *Ideologias e Mentalidades*, publicado na França em 1985, e freqüentemente utilizada pelos historiadores que trataram do assunto. Na realidade não poderia ser diferente, se concordarmos com Philippe Ariès e admitirmos a *história das mentalidades* como um “aspecto [...] da história econômica e social”<sup>113</sup>, que se opunha à história tradicional. Assim, podemos identificar a primeira coincidência entre o materialismo histórico e a história nova: a rejeição à história tradicional. Porém, as convergências não param por aí. É exatamente à demonstração dessa confluência que se dedica Guy Bois em seu texto *Marxismo e História Nova*, publicado no livro *A História Nova* organizado por Jacques Le Goff. Bois procura mostrar que embora não se possa ignorar a crise que a abordagem marxista tem enfrentado há vários anos, também não se deve esquecer a influência de preceitos e métodos marxistas sobre os historiadores da história nova.

---

<sup>113</sup> ARIÈS, Philippe. As mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. p. 155

Guy Bois afirma que o marxismo, antes dos Annales, também reivindicou uma “história global ou total, que deve apreender simultaneamente os diferentes aspectos da vida social (o econômico e mental, o social e o político)”<sup>114</sup>, tendo assim também se aproximado de outras ciências humanas. Ao atribuir às lutas de classe um papel fundamental, o marxismo também voltou seu olhar para as estruturas, desprezando o acontecimento. Da mesma forma que os historiadores dos Annales, interessou-se pelo coletivo e pelo cotidiano em detrimento do individual e o eventual. Bois também defende que os historiadores marxistas fizeram largo uso de dados quantitativos, sendo, portanto, os pioneiros na utilização desse método que depois se tornou tão caro aos historiadores dos Annales. Não caberia aqui nos alongarmos em explicações sobre como os instrumentos do marxismo foram utilizados pelos historiadores dos Annales. Basta ressaltar que “essa influência não se limita [...] apenas ao domínio econômico-social: ela se estende ao conjunto das instâncias da vida social”<sup>115</sup>.

Vale esclarecer que *Os reis taumaturgos* não aborda a questão do milagre régio no nível das classes sociais, nem apresenta uma análise dos componentes ideológicos da crença no poder milagroso dos reis. Porém, sendo considerada uma obra pioneira no estudo das *mentalidades*, requer do leitor de hoje um reconhecimento de que esse termo que está relacionado à noção marxista de ideologia. Não com aquela “concepção da ideologia como [...] idéias políticas relacionadas com os interesses de classes”<sup>116</sup>, mas com a “concepção da ideologia como a totalidade das formas de consciência social” ou, como escreveu Gramsci, “uma concepção do mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva”<sup>117</sup>.

---

<sup>114</sup> BOIS, Guy. *Marxismo e história nova*. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. p. 245

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 246

<sup>116</sup> BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. p. 185

<sup>117</sup> GRAMSCI, Antonio apud BOTTOMORE, Tom. *Ibid.* p. 186

Foi essa relação entre ideologia e mentalidade que Michel Vovelle procurou explicar. Esse historiador, formado dentro do marxismo e classificado como historiador das mentalidades, procura mostrar que sua trajetória nada tem de contraditória, uma vez que não precisou negar os preceitos marxistas para fazer *história das mentalidades*. Pelo contrário, a seu ver, a separação das áreas de pesquisa de historiadores marxistas e os ligados à história nova reflete um grande mal-entendido, presente também na tentativa de se estabelecer as distinções entre *ideologias* e *mentalidades*.

Ao analisar esses dois conceitos, Vovelle afirma que embora se trate de conceitos concorrentes e provenientes de correntes diferentes, não se pode esquecer que apresentam “uma área real de superposição”<sup>118</sup>. Esse autor analisa primeiro o conceito de *ideologia*, já bem estabelecido e, de certa forma bem aceito, partindo da definição de Louis Althusser, que concebe ideologia como sendo “a relação imaginária dos indivíduos com sua condição de existência”, mas alerta para o fato de que essa noção é um tanto vaga e serve tanto a historiadores marxistas quanto aos não marxistas. Em seguida Vovelle explica que esse conceito não dá conta de explicar representações complexas como “comportamentos mediante os quais o homem se define em sua plenitude”<sup>119</sup>, isto é, a família, os costumes, os sonhos, a linguagem etc.

Ao iniciar sua exposição sobre as *mentalidades*, Michel Vovelle esclarece que a noção de *mentalidades* não é algo novo, mas as definições mais difundidas atualmente são recentes. Embora admita uma “pré-história” das mentalidades, mencionando as obras de Georges Lefebvre, sobre o medo, e de Huizinga, sobre o declínio da Idade Média, como obras fundadoras desse tipo de abordagem, Vovelle salienta que só se pode falar em *história das mentalidades* em seu sentido preciso a partir do surgimento dos *Annales* e que esse novo território dos historiadores levou

---

<sup>118</sup> VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 10

<sup>119</sup> *Ibid.*, p. 13

muito tempo para ser aceito, sendo reconhecido apenas a partir dos anos 60 com os trabalhos de Robert Mandrou e Georges Duby. Mesmo assim, ainda não existe um conceito de *mentalidades* aceito universalmente e suas definições são muitas.

A noção eleita por Vovelle é a de Robert Mandrou, que define a história das mentalidades como a “história das visões de mundo”. Vovelle afirma que essa é uma definição “reducionista”, mas a melhor proposta, pelo menos até o momento em que escreveu essa obra.

O fundamental no estudo de Vovelle, entretanto, não são as definições às quais recorreu, mas sim a constatação de que “a história das mentalidades mudou muito em muito pouco tempo”<sup>120</sup> tanto quanto a noção de *mentalidades* e que analisando a trajetória desse tipo de abordagem percebe-se claramente que no tempo em que escreveram Mandrou, “Da cultura popular nos séculos XVII e XVIII” ou Lucien Febvre, “O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais”, a *história das mentalidades* situava-se “essencialmente ao nível da cultura ou do pensamento claro”<sup>121</sup>, passando mais tarde a preocupar-se com uma “história das atitudes, dos comportamentos e das representações coletivas”<sup>122</sup>.

Com isso o autor quer dizer que mesmo historiadores das *mentalidades* que abordaram o mesmo tema, o fizeram de formas diferentes, com enfoques diferentes. Para ilustrar essa afirmativa, o autor cita o exemplo do estudo de Mandrou sobre a feitiçaria, que revelava “a mutação histórica do ponto de vista das elites e do poder, quando os parlamentares, em algum momento em torno de 1660, decidiram não mais queimar os feiticeiros”<sup>123</sup>, comparando-o com o estudo de Carlo Ginzburg sobre o mesmo tema, no qual esse historiador esforça-se para “analisar,

---

<sup>120</sup> VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. p. 17

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 16

<sup>122</sup> *Ibid.*

<sup>123</sup> *Ibid.*

de seu próprio interior, o universo mental dos marginais e desviantes”<sup>124</sup>. Com essa comparação Vovelle pretende mostrar a evolução desse tipo de história e o porquê da dificuldade em se estabelecer um conceito único. Outro ponto importante é que essa abordagem tende a anexar áreas inteiras da história: religiosa, literária, das idéias, do folclore, da etnografia. Essa idéia já havia sido defendida antes por Jacques Le Goff, na obra “História: novos objetos”, na qual declarou que “mentalidade abrange [...] além da história, visando a satisfazer curiosidades de historiadores decididos a irem mais longe. E [...] ao encontro de outras ciências humanas”<sup>125</sup>.

Le Goff refere-se ao livro *Os reis taumaturgos*, como um exemplo de como o historiador das mentalidades aproxima-se do etnólogo ao buscar compreender “o nível mais estável, mais imóvel das sociedades”<sup>126</sup>. Revela também que esse tipo de historiador, ao estudar o coletivo, estabelece relações com a sociologia e preocupando-se com os comportamentos e as atitudes, assemelha-se ao psicólogo social. Assim, essa facilidade de relações que a *história das mentalidades* estabelece com as outras ciências humanas é, sem dúvida, um de seus atrativos.

Para Jacques Le Goff, a história econômica e social, influenciada ou não pelo marxismo, “deu à explicação histórica bases sólidas”<sup>127</sup>, porém se revelava incapaz de fornecer uma explicação total, que abrangesse além das leis e dos atos políticos, as idéias e os costumes. Esse mesmo historiador também afirmou que “a ortodoxia marxista permaneceu estranha à nova história, embora alguns dos principais historiadores da escola dos Annales, como Fernand Braudel, tenham visto Marx como um dos principais criadores de modelos para as ciências sociais

---

<sup>124</sup> VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. p. 16.

<sup>125</sup> LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Alves, 1976. p.69

<sup>126</sup> Ibid.

<sup>127</sup> Ibid., p. 71

em geral e para a história em particular”<sup>128</sup> e que assim “os historiadores dessa tendência conservaram o mesmo objetivo, mas procuraram atingi-lo por outros meios”<sup>129</sup>.

Contudo, a *história das mentalidades* não se define apenas pela interdisciplinaridade e pela ocupação de um território repudiado pela história tradicional. É também um ponto de confluência “do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral”<sup>130</sup>.

Georges Duby, em *A história continua*, de 1991, também dedicou um texto às *mentalidades*, apresentando uma definição de Gaston Bouthoul, na qual afirma que “por trás de todas as diferenças e nuances individuais, subsiste uma espécie de resíduo psicológico estável, feito de julgamentos, conceitos e crenças aos quais aderem, no fundo, todos os indivíduos de uma mesma sociedade”<sup>131</sup>. No entanto, Duby apresenta essa definição para contestá-la afirmando que não concorda que dentro de uma mesma sociedade exista “apenas um resíduo” [ou, pelo menos] esse resíduo não apresenta a mesma consistência dos diversos meios ou estratos de que se compõe uma formação social”<sup>132</sup>. Mais: esses “resíduos” não devem de maneira alguma ser concebidos como estáveis, uma vez que “eles se modificam ao longo das eras”<sup>133</sup>.

É interessante notar que essa mesma observação foi feita por Le Goff em *História: novos objetos*, quando sustentou que uma sociedade numa determinada época pode ter uma *mentalidade* dominante e, numa época diferente, ter outra *mentalidade*. Da mesma forma que uma mesma sociedade pode ter várias *mentalidades*. Assim, um dos dados essenciais da *história das*

---

<sup>128</sup> LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. p. 03

<sup>129</sup> Ibid.

<sup>130</sup> Ibid.

<sup>131</sup> DUBY, Georges. *A história continua*. p. 88

<sup>132</sup> Ibid.

<sup>133</sup> Ibid.

*mentalidades* é a “coexistência de várias mentalidades em uma mesma época e num mesmo espírito”<sup>134</sup>.

Como se pode perceber, o conceito de *mentalidades* tem sido discutido e rediscutido incansavelmente há décadas. *Os reis taumaturgos* é freqüentemente proclamado o pioneiro na abordagem desse tipo de história. Por isso mesmo, é necessário empreender aqui uma cuidadosa análise dos conceitos de *mentalidades* formulados por inúmeros historiadores desde o surgimento dessa obra de Marc Bloch. Tarefa imprescindível para a compreensão do estudo sobre o toque das escrófulas.

Conforme pudemos constatar, não existe um conceito de *mentalidades* estabelecido e aceito por todos. O que há são várias definições que, às vezes, apresentam um consenso em torno de um ou outro ponto. Peter Burke, em *História e Teoria Social*, de 1992, por exemplo, afirma que o estudo das *mentalidades* é muito proveitoso quando se preocupa com a compreensão das *representações coletivas* do passado, isto é, os historiadores das *mentalidades*, muitas vezes procurando apreender a mentalidade de sua própria época, dedicam-se a estudar o pensamento de uma determinada sociedade do passado. Utilizando exemplos diferentes e empregando outras palavras, Philippe Ariès defende a mesma idéia em seu texto sobre *mentalidades* publicado no livro *A História Nova*. Burke também defende que a grande falha da *história das mentalidades* é sua tendência de procurar ver o consenso, estabelecer para a sociedade do passado uma mentalidade comum, desprezando os matizes que podem existir no modo de pensar de uma coletividade

Burke, tal qual fizera Vovelle, também ressalta a importância de se compreender bem o conceito de *ideologia* para se ter clareza do que é *mentalidade*.

---

<sup>134</sup> LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*, p. 77

Todas essas reflexões e concepções acerca das *mentalidades* surgiram após a publicação de *Os Reis Taumaturgos*, sobretudo, na terceira geração dos Annales, momento em que esse tipo de abordagem ganhou espaço e força. Quando Bloch realizou sua pesquisa sobre o toque das escrófulas, o termo *mentalidades* havia acabado de ser introduzido por Lucien Levy-Bruhl em seu *A mentalidade primitiva*, publicado em 1922, e as noções de *mentalidades* que conhecemos hoje ainda não existiam. Tanto é assim, que o Bloch utiliza muito pouco o termo em sua obra, preferindo falar em “pensamento popular”, “representações coletivas”, “imaginação popular” etc.

Contudo, conhecendo os conceitos de *mentalidades* existentes hoje e a obra de Bloch, é possível compreender o porquê desse livro ser considerado um dos primeiros exemplos desse tipo de abordagem. Assim, é correto afirmar que Marc Bloch buscou de fato entender que tipo de *mentalidade* predominou na França e na Inglaterra, entre os séculos XI e XVIII, permitindo que surgisse a crença no poder de cura através do toque e garantindo sua manutenção por tão longo período. Bloch também quis apreender a mudança de *mentalidade* que gerou o declínio e o fim do rito do toque nos dois países.

Na tentativa de identificar o ambiente em que nasceu a crença na cura através do toque e o surgimento do ritual, Marc Bloch apresenta vários fatores ligados ao surgimento do rito. O primeiro e, aparentemente o mais importante, era a noção de realeza sagrada existente não só nos dois países onde existiu o rito do toque, mas em toda Europa. Essa concepção parece ter sido aquele “resíduo psicológico estável”, ao qual se referiu Gaston Bouthol. Assim, se a definição de *mentalidades* de Bouthol não é a mais adequada, pelo menos para o estudo de Marc Bloch ela parece servir de alguma forma.

É a compreensão dessa noção, que está na origem da crença, que Bloch dedica alguns capítulos de seu livro. Sem fazer distinção de que tipos de pessoas acreditavam no caráter sagrado dos reis, Bloch apresenta essa concepção como algo unânime, algumas vezes tolerado, outras

vezes contestado pela Igreja, conforme as circunstâncias. A concepção de realeza sagrada é utilizada para esclarecer o surgimento e a manutenção da crença na cura através do toque, que é o foco do estudo de Bloch. Porém, no decorrer de seu livro esse historiador demonstra como essa concepção geral fazia com se atribuísse a certos monarcas outros dons como o poder de exorcizar, de curar a epilepsia, câibras, tornar alguns objetos miraculosos etc.

As contas régias, além de dar testemunho da popularidade dos reis também, muitas vezes, indicavam a procedência das pessoas que procuravam o toque régio. Bloch constatou que muitos espanhóis recorriam aos reis, sobretudo aos franceses, em busca da cura. Menciona ainda que algumas vezes os monarcas em viagens a outros países, eram solicitados a praticar o toque além das fronteiras de seus países. O que confirma que a crença no poder de cura dos monarcas franceses e ingleses era comum a toda Europa, o que, por sua vez, só era possível porque a noção de realeza sagrada também o era e há muito mais tempo.

Um dos problemas que Bloch busca compreender é o porquê de o rito do toque ter surgido apenas na França e na Inglaterra e não em outro lugar, nos séculos XI e XII e não noutro momento, já que a concepção de realeza sagrada era comum a toda a Europa e existiu por tão longo período que Bloch sequer atreveu-se a tentar buscar-lhe a origem. A explicação que Marc Bloch apresenta é que essa concepção de realeza sagrada é um fator importante, mas não o único. Da mesma forma que a

noção do caráter sagrado e maravilhoso dos reis [é] dado psicológico essencial, do qual os ritos de que tratamos foram somente uma entre várias outras manifestações. Muito mais velha que as mais antigas dinastias francesas e inglesas, pode-se dizer que a idéia da realeza sagrada sobreviveu longo tempo após a desapareção do meio social [...] que propiciara o nascimento de tal idéia<sup>135</sup>.

<sup>135</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 45

Saber a razão de esses monarcas terem se especializado na cura das escrófulas – o vocábulo deriva do latim e atualmente designa “a adenite tuberculosa, ou seja, as inflamações dos gânglios linfáticos, provocadas pelos bacilos da tuberculose”<sup>136</sup> – é uma outra questão que Bloch explica afirmando que as escrófulas, apesar ser uma enfermidade de aspecto repugnante que provocava abscessos na região do pescoço, muitas vezes atingindo o rosto e desfigurando o doente, era uma doença que desaparecia temporariamente. Por isso, não teria sido difícil associar o desaparecimento da doença com o toque miraculoso do rei. Ou, em outras palavras,

A escrófula não é uma doença que se cura facilmente; pode recidivar durante longo tempo, às vezes quase indefinidamente; mas é, entre todas, uma doença capaz de facilmente dar a ilusão de cura, pois com bastante frequência suas manifestações [...] desaparecem de forma espontânea, ainda que para reaparecer mais tarde, no mesmo lugar ou em outros. Se uma remissão desse tipo ou mesmo uma cura verdadeira [...] acontecesse algum tempo depois do toque, eis justificada a crença no poder taumatúrgico<sup>137</sup>.

Um outro dado importante é que durante muito tempo os médicos não tiveram métodos seguros de diagnóstico e nem denominações precisas para as doenças. Por isso, sob o nome de escrófulas aparecia um grande número de doenças. Algumas que desapareciam naturalmente.

Bloch preocupa-se em estabelecer no tempo e no espaço o surgimento do rito do toque, mas também dedica várias e várias páginas a demonstrar como o rito evoluiu nos dois países estudados, de que forma acontecimentos como a Reforma Protestante e a Revolução Francesa geraram mudanças no ritual ou afetaram a fé no poder curativo dos monarcas. Marc Bloch preocupa-se também em deixar bem claro qual era o posicionamento da Igreja com relação a essa prerrogativa dos monarcas em cada lugar e em cada época diferente. Assim, Bloch não faz generalizações. Afirma que, por exemplo, nos tempos da reforma gregoriana os membros da

---

<sup>136</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 51

<sup>137</sup> *Ibid.*, p. 277-278

Igreja preferiam calar-se sobre o rito do toque por entender que se combatessem essa crença acabariam por confirmar o poder de cura monarcas. Depois Bloch mostra como, aos poucos, o ritual do toque começou a aparecer na literatura eclesiástica. Aborda ainda as disputas entre Igreja e Monarquia quando os reis tentaram reivindicar o caráter sacerdotal veementemente pelos membros da Igreja. E, por fim, de que maneira, sobretudo na França, entre os séculos XVI e XVII, os eclesiásticos passaram a ver “no caráter de santidade que os reis pretendiam [...] menos uma usurpação dos privilégios do clero que uma homenagem à religião”<sup>138</sup>. Também os médicos durante muito tempo deixaram de mencionar a cura das escrófulas através do toque régio, o que Bloch atribui a uma certa obediência para com a Igreja. É na parte em que trata da sagração ou unção dos reis, que Marc Bloch evidencia mais as disputas entre o poder secular e o espiritual. É também nesse ponto que pode perceber como a Igreja buscava sempre ocupar, senão uma posição superior, pelo menos, a de intermediária entre Deus e os monarcas. Não é sem razão que os reis eram ungidos numa cerimônia conduzida pelo bispo e que as relíquias de S. Marcoul eram conservadas na abadia de Seint-Rémi de Reims. Jacques Le Goff, no prefácio desse livro, afirma que “o vínculo entre o poder taumátúrgico e a *sagração* [grifo do autor] [tanto quanto] as políticas desse recurso ao sagrado”<sup>139</sup> são dois pontos fundamentais desse estudo.

Quanto a esse segundo ponto, vale salientar que ao reivindicar o dom milagroso os reis franceses e ingleses buscaram legitimar seu poder, isto é, recorriam ao dom miraculoso para fortalecer seu prestígio, sobretudo, em momentos de crise. Marc Bloch demonstra como isso ocorreu desde os primórdios do rito do toque. Porém, Bloch faz questão de deixar claro que esses monarcas não eram impostores, eles acreditavam que eram de fato capazes de curar, mas não se furtavam de recorrer a esse dom quando viam seu poder ameaçado. Assim,

---

<sup>138</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 237

<sup>139</sup> LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 20

Um dia, alguns soberanos na França capetíngia e na Inglaterra normanda pensaram (ou seus conselheiros pensaram por eles) em tentar o papel de taumaturgos a fim de fortalecer seu prestígio um tanto frágil. Estando eles próprios persuadidos da santidade que sua função e sua linhagem lhes conferia, provavelmente julgavam muito simples reivindicar um poder similar. Percebeu-se que às vezes uma doença temível cedia, ou parecia ceder, ao contato de suas mãos, as quais eram consideradas quase que unanimemente sagradas<sup>140</sup>.

Bloch buscou compreender que tipo de mentalidade, a despeito de tantas transformações, permitiu que se acreditasse no caráter sagrado dos reis e no seu poder de cura por séculos a fio. Sobre isso ele escreveu, no capítulo final de seu livro, que

O que criou a fé no milagre foi a idéia de que ali devia haver um milagre. O que lhe permitiu viver foi também isso e [...] o testemunho acumulado das gerações que haviam acreditado, cujos juízos [...] não eram colocados em dúvida. Quanto aos casos [...] em que o mal resistia ao toque desses augustos dedos, eram rapidamente esquecidos. Tal é o feliz otimismo das almas crentes. Assim, é difícil ver na fé no milagre régio outra coisa senão o resultado de um erro coletivo<sup>141</sup>.

Essa fé só foi enfraquecer, segundo Bloch, quando começou a ocorrer uma mudança de pensamento no século XVII, que se consolidou no século XVIII e sufocou o milagre régio defendendo, com base no racionalismo, que ele simplesmente não existia. Para Bloch, “a persistência da fé no dom taumatúrgico é um dos sintomas de uma mentalidade que o historiador desses acontecimentos não pode negligenciar”<sup>142</sup>.

Jacques Le Goff, ao tratar da “interpretação crítica do milagre”, no último capítulo do livro, afirma que Bloch talvez tenha deixado seu racionalismo influenciar demais suas reflexões sobre o milagre régio e acusa-o também de recorrer demais ao termo superstição para designar a crença na realeza sagrada e no poder milagroso dos reis.

<sup>140</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 278

<sup>141</sup> *Ibid.*

<sup>142</sup> *Ibid.*, p. 247

Bloch também procura demonstrar como a crença no poder de cura através do toque gerou outras crenças, que ele freqüentemente chamou de “superstições”. Na Inglaterra, por exemplo, doava-se uma moeda de ouro, chamada *angel*, que os doentes levavam penduradas no pescoço. Muitos, por não terem condições de arcar com uma viagem até o rei para serem tocados, procuravam comprar essas moedas de quem havia recebido do rei, por acreditar que apenas o fato de carregar um objeto tocado pelas mãos milagrosas do monarca, seria o suficiente cura-los. Isso gerou um verdadeiro comércio de *angels* e a conseqüente proibição de vender tais moedas. Começaram a surgir também histórias de pessoas que haviam sido curadas e permanecido sãs enquanto usavam o “*talismã*”, mas que ao tira-lo do pescoço haviam sido atingidas novamente pelo mal das *escrófulas*.

Foi ao estudar minuciosamente os rituais, ao buscar compreender suas variações, sua evolução, que Marc Bloch aproximou-se do Antropólogo. Ao tentar desvendar que elementos compunham a mentalidade daquelas pessoas, Bloch empreendeu um estudo inovador. Assim como um tipo de mentalidade permitiu o surgimento da crença, foi também, para Bloch, “uma evolução intelectual” que gerou o fim dela. Bloch afirma que desde a Renascença até, e sobretudo, no século XVIII, essa fé foi perdendo terreno e que “a decadência do milagre régio está intimamente ligada a esse esforço dos espíritos, pelo menos da elite, para eliminar da ordem do mundo o sobrenatural e o arbitrário e, ao mesmo tempo, conceber sob uma faceta unicamente racional as instituições políticas”<sup>143</sup>. Um outro fator é apontado por Bloch como um golpe fatal para a “velha crença”: “Os ‘filósofos’, acostumando a opinião a considerar os soberanos meros representantes hereditários do Estado, desabituarão-na de procurar e achar neles o que fosse maravilhoso. Pedem-se com facilidade milagres a um chefe de direito divino, [...]; tais milagres

---

<sup>143</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 252

não são solicitados a um funcionário público[...]”<sup>144</sup>. A terceira causa que Bloch aponta foram as lutas civis e religiosas. “Até a Reforma, tanto franceses quanto ingleses podiam aceitar com o coração tranqüilo as ambições de ambos os monarcas; mas, quando se consumou a ruptura religiosa, essa equanimidade deixou de ser conveniente”<sup>145</sup>.

Assim como *Os reis taumaturgos* é considerado um livro pioneiro de *história das mentalidades*, ele é também identificado como um dos primeiros a empreender uma *antropologia histórica*. É muito natural que, segundo as palavras do próprio Marc Bloch, sendo “o objeto da história [...], por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens”<sup>146</sup>, os historiadores tenham buscado uma aproximação com a ciência do homem, isto é, com Antropologia. É comum relacionar essa aproximação com a busca pela interdisciplinaridade tão decantada pelos historiadores dos *Annales*. Contudo, André Burguière, no seu texto *A antropologia histórica*, publicado em *A história nova*, menciona um historiador “quase obscuro das Luzes”<sup>147</sup>, chamado Legrand d’Aussy, que publicou uma *História da vida privada dos franceses*, em 1782. Burguière afirma que ao tentar apreender “o burguês em sua cidade [grifo do autor], o camponês [grifo do autor] em sua choupana, o gentil-homem em seu castelo, o francês, enfim, no meio de seus trabalhos, de seus prazeres, no seio de sua família e de seus filhos [...]”<sup>148</sup>, esse historiador já intentava uma história antropológica, abandonada pela história tradicional e recentemente retomada pela pesquisa histórica. Vale esclarecer que d’Aussy não sabia que fazia uma *antropologia histórica* – mesmo porque a própria Antropologia só surgiu como ciência no final do século XVIII e tinha, a princípio, como objeto “o estudo das populações que não pertencem à

<sup>144</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 253

<sup>145</sup> Ibid.

<sup>146</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história*. p. 54

<sup>147</sup> BURGUIERE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. p. 125

<sup>148</sup> Ibid.

civilização ocidental”<sup>149</sup> – ou uma “história social [grifo do autor] dos costumes”<sup>150</sup>, como diz Burguière, mas seu estudo, visto à luz dos conhecimentos atuais, pode assim ser classificado.

A passagem acima foi mencionada apenas para demonstrar que muitas vezes os historiadores fazem determinados tipos de história sem saber que o fazem e também para deixar claro não se quer dizer que foi Bloch ou seus companheiros dos Annales, que “inventaram” esse tipo de abordagem. Ele já existia mesmo quando não se tinha consciência disso. O que se pretende aqui, portanto, é mostrar porque *Os reis taumaturgos* representa um bom exemplo de pesquisa nesse campo. Além disso, sabe-se perfeitamente que, embora os pais-fundadores e seus discípulos sejam muitas vezes exaltados como inovadores, muito do que fizeram e fazem tem origens muito mais antigas do que se pode pensar. Sua contribuição está, na verdade, no fato de terem retomado muitos campos abandonados pela história tradicional, ter ampliado sua divulgação através da revista e, sobretudo, ter aperfeiçoado essas pesquisas.

Cabe esclarecer que apenas a princípio o objeto da Antropologia foi as “sociedades [ditas] primitivas” e que no momento em que os antropólogos começaram a perceber que seu objeto de estudo estava desaparecendo, por volta do início do século XX, eles se viram forçados a redirecionar suas pesquisas para não “morrerem” também. Nessa busca por novos territórios, constataram que seu objeto não deveria ser o “primitivo”, o “selvagem” ou o “camponês”, mas “o homem inteiro”<sup>151</sup>, isto é, a perspectiva deveria ser, de fato, “o estudo do homem em todas as sociedades, sob todas as latitudes em todos os seus estados e em todas as épocas”<sup>152</sup>. Aqui se percebe claramente onde ocorre a interseção com a história. Ora, o objetivo dos historiadores, pelos menos daqueles inovadores dos Annales, não é uma *história total*? Se considerarmos

<sup>149</sup> LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 15

<sup>150</sup> BURGUIERE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. p. 125

<sup>151</sup> LAPLANTINE, François. Op. cit., p. 16.

<sup>152</sup> *Ibid.*

verdadeira a asserção segundo a qual “Só pode ser considerada antropologia uma abordagem integrativa que objetive levar em consideração as múltiplas dimensões do ser humano em sociedade”<sup>153</sup>, entenderemos o que levou os historiadores a essa aproximação tão profícua com a Antropologia. Foi exatamente por perceber a necessidade de abordar o homem em todos os seus aspectos e que isso só seria possível através de uma “investigação coletiva”, como diria Lucien Febvre, que os pioneiros dos *Annales* reivindicaram desde cedo o intercâmbio com as ciências vizinhas.

Lucien Lévy-Bruhl, escreveu a Bloch, no ano de publicação de *Os reis taumaturgos*: “Não estudo a mentalidade chamada primitiva a não ser nas sociedades tão diferentes da nossa quanto possível; no entanto, sou reconhecido àqueles que estudam uma mentalidades análoga em regiões e em épocas acessíveis à história, como o senhor fez. Ali haverá para mim matéria para reflexões e para comparações preciosas”<sup>154</sup>. Eis o reconhecimento de um antropólogo à contribuição do livro de Bloch para sua disciplina.

Ao compor seu ensaio sobre a *antropologia histórica*, André Burguière apresentou uma série de estudos que se valem desse tipo de abordagem nos campos mais diversos: a “história do corpo” e a “história natural das doenças”, relacionadas à antropologia biológica; a “história dos comportamentos sexuais” e a “história da célula familiar”, ligadas à antropologia psicológica etc. Isso porque também a Antropologia é dividida em áreas atualmente. Claro está, contudo, que a maioria dos trabalhos intitulados de *antropologia histórica* estão diretamente ligados à antropologia social e cultural, cuja abrangência é muito maior, “já que diz respeito a *tudo* que constitui uma sociedade: seus modos de produção econômica, suas técnicas, sua organização

<sup>153</sup> LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. p. 16

<sup>154</sup> LEVY-BRUHL, Lucien apud BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 31

política e jurídica, seus sistemas de parentesco, seus sistemas de conhecimento, suas crenças religiosas, sua língua, sua psicologia, suas criações artísticas”<sup>155</sup>.

É fácil observar que os mesmos aspectos de *Os reis taumaturgos* que o fazem ser classificado como uma *história das mentalidades*, levam-no para o campo da *antropologia histórica*. Foi a busca pela apreensão da *mentalidade* do francês e do inglês dos séculos XI ao XVIII, a tentativa de compreender, segundo o próprio Marc Bloch, a *psicologia coletiva* daquela época, que conduziu esse historiador a uma pesquisa semelhante a que empreendem os antropólogos.

---

<sup>155</sup> LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. p. 19

## 6 CONCLUSÃO

A escolha do objeto dessa pesquisa foi baseada no fato de o livro *Os reis taumaturgos* ter introduzido, pioneiramente, conceitos que, se num primeiro momento foram negligenciados, mais tarde foram retomados e passaram a constituir “novos territórios” para o historiador, como é o caso das *mentalidades* e da *antropologia histórica*.

A dificuldade maior de se estudar a historiografia está em compreender os conceitos e, nesse caso específico, demonstrar como o livro de Marc Bloch apresentou exemplos de muitos deles, mesmo antes de serem formulados ou generalizados. Sabemos que muitas vezes pode parecer anacrônico afirmar que *Os reis taumaturgos* é um estudo de *longa duração*, por exemplo, uma vez que Braudel só apresentaria esse conceito mais de trinta anos depois da publicação do livro de Bloch. Porém, cabe esclarecer que muitas dessas noções já existiam no tempo de Marc Bloch; o que ocorria era que ainda não havia, ou se havia ainda não era suficientemente difundido, o vocabulário adequado para traduzir essas noções. É também por isso que o termo *mentalidades* aparece muito pouco nesse estudo sobre o toque das escrófulas. Contudo, ninguém contestaria seu uso para designá-lo atualmente.

Ao tentar compreender a *mentalidade* religiosa do período estudado, Marc Bloch acabou por introduzir um tema que na época não era comum aos historiadores. Por isso, vários autores defendem que, ao fazer isso, ele aproximou-se muito da Antropologia que, antes da História, deu um sentido mais preciso ao termo. Essa aproximação de Bloch com a Antropologia pode ser constatada nas menções às obras de James Frazer e Levy-Bruhl, como fontes importantes às quais recorreu para compor seu estudo. Aqui também é possível constatar a importância que o autor reservava à interdisciplinaridade e o porquê de muitos atribuírem a ele a introdução da

Antropologia no meio historiográfico, gerando o surgimento do que se convencionou chamar de *antropologia histórica*.

Quando se empreende uma pesquisa baseada em fontes primárias, normalmente se apresentam ao leitor os problemas com relação às fontes. Por vezes esses problemas consistem no fato de que não se consegue encontrar testemunhos que esclareçam um ou outro ponto, outras vezes é o estado de conservação das fontes que limita a pesquisa etc. No nosso caso, a impossibilidade de encontrar o Manual de Langlois e Seignobos, referência básica da historiografia tradicional francesa, que é mencionado algumas vezes nesse trabalho, talvez tenha nos impedido de enriquecer o estudo, uma vez que permitiria ilustrar um pouco mais a parte que trata da historiografia tradicional.

No que diz respeito as informações sobre o próprio Marc Bloch, não obstante sua obra tenha uma importância imensurável para a historiografia e seu nome seja citado amiúde em diversos trabalhos, não há uma biografia desse historiador em português. Há apenas uma referência a uma biografia publicada em inglês em 1989 – *Marc Bloch: A life in History* – do professor norte-americano Carole Fink. Esse estudo concentra-se, sobretudo, na sua trajetória intelectual, vida acadêmica e contribuição para a evolução da historiografia francesa. A participação nas duas Guerras Mundiais, sua militância na Resistência, sua captura e execução pelos nazistas em 1944.

Situar a criação da revista dos *Annales* no contexto do pós-guerra, foi importante para demonstrar como a necessidade de mudança na historiografia estava diretamente ligada às transformações mundiais e como essas transformações alteraram o modo de pensar dos que viveram naquela época.

A exposição sobre o método crítico permitiu verificar que esse método erudito de crítica das fontes, aperfeiçoado e generalizado por Ranke, foi sem dúvida um dos maiores legados

deixados às gerações posteriores de historiadores. Vimos também como sua luta para fazer da história uma ciência tem sido reconhecida atualmente. É também aqui que podemos constatar que Marc Bloch reconhecia o valor e até apreciava o método erudito, mas também estava atento para as limitações da história tradicional.

No que diz respeito ao estudo sobre o toque das escrófulas propriamente, essa leitura possibilitou ver que é perfeitamente possível fazer um estudo acerca das monarquias sem necessariamente percorrer os caminhos da história tradicional. Vimos com *Os reis taumaturgos* surgir uma história política que, embora abordasse questões como a Reforma Protestante e o Absolutismo – inclusive, contendo um capítulo sobre “o milagre régio na época das lutas religiosas e do absolutismo” – difere completamente das abordagens tradicionais de tais temas. Enquanto estas se preocuparam em demonstrar os aspectos políticos desses eventos ou, como no caso do estudo sobre o Absolutismo de Perry Anderson, que ele mesmo denomina como “um estudo marxista do absolutismo”, preocupa-se em determinar as transformações econômicas ocorridas no período das monarquias centralizadas, geradoras de transformações também nas relações entre as classes sociais, o estudo de Bloch recorre a esses temas para demonstrar como eles interferiram no ritual do toque, como influenciaram a fé geral no poder milagroso dos reis e, sobretudo, para demonstrar que não foram como a crença no caráter sobrenatural dos reis ajudou a consolidar o poder dos soberanos. É por isso que, Jacques Le Goff afirma que “Na França e na Inglaterra, a conquista de um poder miraculoso vai a par com a afirmação do poder monárquico confrontado com os grandes senhores feudais, os barões. É um instrumento dinástico. Marc Bloch via aí um dos meios pelos quais os dois reis adquiriam um poder dominante, diferente do poder da hierarquia feudal”<sup>156</sup>

---

<sup>156</sup> LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. p. 21

*Os reis taumaturgos* é, por fim, um exemplo concreto de como a utilização de fontes de natureza diversa daquelas preferidas pela historiografia tradicional, permite uma reconstrução do passado viável. Hoje isso é muito claro, mas, sem dúvida, na época em que esse livro foi escrito, seu autor teve que afirmar, no prefácio, o lugar do livro dentro do campo da história.

Uma das tarefas mais difíceis e também mais gratificantes dessa pesquisa foi observar o tratamento que Marc Bloch deu às suas fontes e as interpretações que extraía delas. Como se percebeu, Bloch soube utilizar as contas régias, isto é, os dados quantitativos, instrumento até então da história econômica, para conhecer a popularidade dos reis. No entanto, reconhecia todos os limites desse tipo fonte e admitia que seu emprego devia ser associado ao estudo de outros documentos.

A maneira como Marc fez uso dos “silêncios” das fontes também merece ser mencionada. Em seu *Apologia da história* afirmou que ao contrário do que se pode pensar, o silêncio das fontes ou falta delas pode ter muito a dizer ao historiador. E foi exatamente se valendo dessas ausências que Bloch construiu muitas das observações importantes para a compreensão do rito do toque. Num dos momentos em que trata das disputas entre o poder espiritual e o secular, por exemplo, Bloch menciona a ausência de textos eclesiásticos sobre o rito do toque, como o meio que a Igreja escolheu para não reforçar ainda mais a crença no caráter sobrenatural atribuído aos reis, isto é, em vez de simplesmente negar tal prerrogativa, os membros da Igreja acharam mais conveniente, durante um determinado tempo, escolher a via do silêncio. Isso, Bloch não encontrou escrito em documentos, pelo contrário, inferiu pela ausência deles.

*Almeida*

## BIBLIOGRAFIA

BESSELAAR, José Van Den. *Introdução aos estudos históricos*. 3. ed. São Paulo: Ed. Herder, 1972.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Mira-Sintra (Portugal): Europa-América, [s.d.]. (Fórum da história, 4).

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. *História e teoria social*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à história*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros Vãos.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. *A história em migalhas: dos annales à nova história*. São Paulo: Ensaio, 1992.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

GAY, Peter. *O espelho na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GLÉNISSEON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Alves, 1976.
- MANDROU, Robert. *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII: uma análise de Psicologia Histórica*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história*. São Paulo: Unesp, 2000.
- REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 5.ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1978.
- SIMLIAND, François. *Método histórico e ciência social*. São Paulo: EDUSC, 2003
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. *A pesquisa em história*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.